

MARGARIDA COSTA DIAS FALCÃO TRÊPA SALAVESSA

**VINCULAÇÃO E PROBLEMAS DE
COMPORTAMENTO EM ADOLESCENTES**

Orientador: José Brites

**Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias
Faculdade de Psicologia**

**Lisboa
2015**

MARGARIDA COSTA DIAS FALCÃO TRÊPA SALAVESSA

**VINCULAÇÃO E PROBLEMAS DE
COMPORTAMENTO EM ADOLESCENTES**

Dissertação apresentada para a obtenção do Grau de Mestre no curso de Mestrado em Psicologia, Aconselhamento e Psicoterapias, conferido pela Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias.

Orientador: Professor Doutor José Brites

Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias
Faculdade de Psicologia

Lisboa
2015

À minha avó Luísa

Agradecimentos

Ao meu irmão, pelo seu exemplo.

Ao meu marido, pela sua compreensão, pelo incentivo e por me ajudar a não desistir dos meus projetos.

Aos primos, Ana Lúcia, Paulo e Maria, pelo seu apoio incondicional.

À Professora Isabel Santos, pelo seu apoio e disponibilidade.

À Professora Doutora Fernanda Salvaterra pela orientação desta tese, pelo incentivo, disponibilidade e apoio.

Ao Professor Doutor José Brites por ter aceite orientar e validar esta tese.

Ao Elmer, à minha amiga Marta Couto, à minha colega Maria Salvaterra e Silva, à Dra. Maria de Lurdes Grilo da Biblioteca da Escola Superior de Tecnologia de Castelo Branco e ao Dr. Luís Ribeiro da Biblioteca Universitária Professor Victor de Sá da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias de Lisboa, por me fornecerem alguns dos materiais indispensáveis à realização deste trabalho.

Aos Professores João Belém e António Rosa, por terem aceite reunir-se comigo e autorizar a aplicação dos questionários de investigação nas suas escolas.

A todos os alunos, que de livre e espontânea vontade, aceitaram responder aos questionários propostos.

Resumo

Este estudo explorou a relação entre a vinculação aos pais e aos amigos e os problemas de internalização e externalização numa amostra de 142 adolescentes, 67 do sexo masculino e 75 do sexo feminino, com idades compreendidas entre os 12 e os 18 anos ($M=14,89$; $DP=1,95$). A qualidade da vinculação aos pais e aos amigos foi medida pelo Inventory of Parent and Peer Attachment (IPPA) e os problemas de internalização e externalização através do Youth Self Report (YSR). Esta investigação revelou: diferenças de género na vinculação aos amigos, com o sexo feminino a apresentar maior confiança nos amigos, maior comunicação com os amigos e a revelar uma vinculação mais segura do que o sexo masculino; diferenças de género nos problemas de internalização e comportamento delincente, onde as raparigas evidenciaram níveis mais elevados relativamente aos rapazes; diferenças de idade na vinculação aos pais, com os adolescentes mais velhos a revelar níveis inferiores na qualidade de vinculação aos pais do que os adolescentes mais novos. Os resultados mostram, que quanto mais fraca a qualidade de vinculação aos pais e aos amigos, maiores serão os problemas de externalização e internalização e que os problemas de externalização aumentam com a idade.

Palavras-chave: vinculação, adolescentes, comportamento.

Abstract

This investigation explored the relationship between parent and peer attachment and Internalizing and Externalizing problems in a sample of 142 teenagers, 67 boys and 75 girls, aged between 12 and 18 years of age. The attachment quality to parent and peer was measured by Inventory of Parent and Peer Attachment (IPPA) and internalizing and externalizing problems by Youth Self Report (YSR). This study revealed: sex differences in attachment to peers, with girls presenting more Trust in peers, better Communication with peers and a stronger attachment to peers than boys; sex differences in Internalizing and Delinquent problems, where girls showed high levels than boys; age differences in attachment to parents, with the older teenagers reporting lower levels than younger teenagers. Results showed that, lower the level of attachment quality to parent and peer, higher is the level of Externalizing and Internalizing problems and the Externalizing problems tend to increase with age.

Keywords: attachment, teenagers, behavior.

Lista de Abreviaturas

IPPA – Inventory of Parent and Peer Attachment

YSR – Youth Self Report

CAP – Comissão Administrativa Provisória

DT – Diretor de Turma

AAI – Adult Attachment Interview

Índice

Introdução.....	9
CAPÍTULO 1 – Vinculação.....	10
1.1. – Teoria da Vinculação.....	11
1.1.1. – Fases do Desenvolvimento da Vinculação.....	11
1.1.2. – Padrões de Vinculação.....	13
1.1.3. – Comportamentos de Vinculação.....	15
1.1.4. – As Figuras de Vinculação.....	16
1.1.5. – Transmissão Intergeracional dos Padrões de Vinculação.....	17
CAPÍTULO 2 – Adolescência.....	20
2.1. – Adolescência.....	21
2.2. - A vinculação na Adolescência.....	25
2.3. - Influência do Grupo de Pares.....	32
CAPÍTULO 3 – Problemas de Comportamento.....	38
3.1 – Problemas de Internalização.....	42
3.2 – Problemas de Externalização.....	45
3.3 – Adolescência, Problemas de Comportamento e Vinculação: dados empíricos.....	48
CAPÍTULO 4 – Metodologia.....	52
4.1. – Questões de Investigação, Objetivo e Hipóteses.....	53
4.2. – Participantes.....	54
4.3. – Medidas.....	57
4.3.1. Inventory of Parent and Peer Attachment – Vinculação.....	57
4.3.2. Youth Self Report – Problemas de Comportamento.....	58
4.4. – Procedimento.....	59
CAPÍTULO 5 – Resultados.....	60
CAPÍTULO 6 – Discussão.....	75
CAPÍTULO 7 – Conclusão.....	77
Referências.....	79
ANEXOS.....	I

ANEXO I.....	II
ANEXO II.....	III
ANEXO III.....	IV
ANEXO IV.....	V

Índice de Tabelas

Tabela 1 – Características demográficas da amostra.....	55
Tabela 2 – Vinculação segundo o género.....	61
Tabela 3 – Problemas de comportamento segundo o género.....	62
Tabela 4 - Comparação entre grupos de agregado familiar e as dimensões do IPPA.....	64
Tabela 5 – Comparação entre grupos de agregado familiar e as dimensões do YSR.....	65
Tabela 6 – Comparação entre grupos de posição na fratria e as dimensões do IPPA.....	66
Tabela 7 – Comparação entre grupos de posição na fratria e as dimensões do YSR.....	67
Tabela 8 – Correlação entre IPPA e YSR – Ansiedade/Depressão, Isolamento, Queixas Somáticas, Problemas Sociais, Problemas de Pensamento.....	70
Tabela 9 – Correlação entre IPPA e YSR – Problemas de Atenção, Comportamento Delinquente, Comportamento Agressivo, Externalização, Internalização.....	73
Tabela 10 – Correlação entre a idade e escolaridade e o IPPA.....	74
Tabela 11 – Correlação entre a idade e escolaridade e o YSR.....	75

Introdução

A teoria da vinculação de Bowlby, originalmente, pretendia explicar os laços afetivos entre o bebé e os seus principais cuidadores e tornou-se importante para explicar a influência das relações próximas no bem-estar psicológico dos indivíduos. O modelo de John Bowlby, parte do pressuposto de que as experiências individuais com a disponibilidade emocional das figuras de vinculação, influenciam os sentimentos de segurança e confiança nos outros.

A adolescência corresponde a um período crítico de grandes mudanças desenvolvimentais e, é também uma fase, na qual, independentemente da qualidade da vinculação aos pais, podem ocorrer alterações na qualidade das relações estabelecidas ou na criação de novos laços (Machado & Oliveira, 2007).

Segundo Kerns, Tomich e Kim (2006), ao longo da adolescência, apesar dos indivíduos manterem as relações de vinculação com os pais, também começam a desenvolver relações de vinculação com os amigos próximos (Nelis & Rae, 2009).

Neste sentido e na perspetiva de compreender os problemas de comportamento dos adolescentes, este estudo procura investigar a relação da vinculação aos pais e aos amigos com as alterações comportamentais.

Este trabalho está organizado em duas partes, a primeira consiste no enquadramento teórico, composto por três capítulos: o primeiro incide sobre a teoria da vinculação, aborda as fases do desenvolvimento da vinculação, os padrões de vinculação, os comportamentos de vinculação, as figuras de vinculação e a transmissão intergeracional dos padrões de vinculação; o segundo capítulo incide sobre a adolescência e contempla, especificamente, a vinculação na adolescência; por último, o terceiro capítulo incide sobre os problemas de comportamento, aborda os problemas de internalização, os problemas de externalização e dados empíricos relativos à adolescência, problemas de comportamento e vinculação. A segunda parte, engloba a metodologia, com a definição dos objetivos, descrição dos participantes, das medidas e do procedimento utilizado, os resultados, a discussão e a conclusão.

Capítulo 1 – Vinculação

1. Vinculação

1.1. Teoria da Vinculação

Para se compreender melhor o comportamento no seu geral, muitos estudos têm incidido sobre o desenvolvimento da criança. Um dos fatos mais relevantes é o desenvolvimento da sociabilidade nos primeiros anos de vida, evidente nas interações relacionais com os cuidadores. Desta forma, a relação específica que o bebê estabelece com a mãe¹, pelo seu envolvimento nesta fase, tem sido alvo de muitos estudos. Partindo das teorias sobre a origem do desenvolvimento das relações precoces, esta relação tem sido associada a conceitos como dependência, relação objetal ou vinculação (Pinto, 1982).

As teorias behavioristas surgem associadas ao conceito de dependência, as teorias psicanalíticas surgem relacionadas com o conceito de relação objetal e as teorias pós-freudianas, como a de J. Bowlby, associam-se ao conceito de vinculação (Pinto, 1982).

Verifica-se, portanto, que existem diferentes abordagens em relação ao desenvolvimento infantil e, conseqüentemente, vários olhares no que concerne à origem e comportamento de vinculação. Contudo, neste estudo, apenas são contempladas algumas das teorias pós-freudianas que se consideraram mais relevantes para esta investigação.

1.1.1. Fases do Desenvolvimento da Vinculação

Em 1959, num congresso de Psicanálise, John Bowlby, apresenta a sua nova abordagem e, sugere que a ligação mãe-bebê seja classificada como «vinculação», que significa uma afetividade particular de um sujeito em relação ao outro. Inicialmente a ligação é feita com a mãe, apesar de poder ser ampliada a outros cuidadores e, uma vez estabelecida, terá continuidade. Pensa-se, que Bowlby na sua abordagem tinha a intenção de através dos novos resultados dos estudos etológicos, fazer um *upgrade* das abordagens psicanalíticas (Pinto, 1982).

¹ A utilização da palavra «mãe» refere-se ao principal cuidador, poderá não corresponder à mãe biológica.

Em 1969, desenvolve um modelo, com base na teoria etológica de Hynde, que combina o estudo do comportamento animal à cibernética e, nas observações da relação mãe-bebé, que se formam indiferentemente da alimentação, destaca a sua durabilidade e o seu impacto nas relações sociais. Parte do pressuposto de que, a vinculação do bebé à mãe resulta de um conjunto de comportamentos sistematizados exclusivos da espécie – sugar, agarrar, seguir, chorar, sorrir – inicialmente mais ou menos independentes uns dos outros, com diferentes *timings*, direcionados à mãe, objeto primordial, que contribuem para a relação recíproca entre o bebé e a mãe (Pinto, 1982).

Segundo Ainsworth (1973), Bowlby (1979) e Schaffer (1966), o surgimento e organização destes comportamentos correspondem ao desenvolvimento da vinculação e identificam-se quatro fases (Salvaterra, 2007).

1ª Fase – Resposta social indiscriminada (antes da vinculação). Depois de nascer e até às 8 ou 12 semanas, o bebé reage principalmente ao rosto e voz humana, seguindo as pessoas com o olhar, esticando os braços na sua direção, tentando segurá-las, esboçando sorrisos. Muitas vezes, o choro é interrompido pela presença de uma pessoa ou quando escuta alguém.

2ª Fase – Resposta social discriminada (início da vinculação). Dos 3 aos 6 meses de idade, o bebé já consegue distinguir diferentes pessoas, reagindo e comportando-se de forma diferente, em especial com a mãe. Reage com mais intensidade aos familiares do que aos desconhecidos. Nesta fase, a relação privilegiada com a mãe possibilita ao bebé o desenvolvimento das competências sociais e de comunicação.

3ª Fase – Manutenção da proximidade com uma figura discriminada (vinculação evidente). Dos 6 meses aos 3 anos de idade, o bebé desenvolve o sistema motor, permitindo-lhe seguir a mãe e tornar-se mais ativo na sua procura. É nesta fase que se torna clara a importância da figura primordial, pois é esta que servirá de base para as atividades exploratórias do meio envolvente, à qual o bebé pode regressar e sentir-se seguro.

4ª Fase – Parceria corrigida para a meta. Aos 2/3 anos de idade a criança apreende o meio envolvente de uma maneira diferente e comporta-se de forma menos rígida, estabelecendo uma relação de parceria recíproca com a figura materna. Ao nível do pensamento, a criança, elabora representações de metas relativas à mãe, diferenciando-as das suas próprias. Como já não é tão difícil estar separada das figuras de vinculação, a criança,

torna-se também mais autónoma e independente.

Verifica-se a existência de um conjunto de comportamentos universais que indicam a formação da vinculação, contudo, podem existir diferenças entre os bebés em relação ao aparecimento e durabilidade das fases ou ao tipo de relação (Pinto, 1982).

1.1.2. Padrões de Vinculação

De acordo com a abordagem etológica de Bowlby (1960), a ligação da criança à mãe, resulta de um conjunto de padrões de comportamento distintos, em parte pré-programados, que em ambiente normal, o bebé desenvolve durante os primeiros meses de vida e têm o efeito de o manter mais ou menos próximo da figura materna (Bowlby, 1988).

Estudos empíricos de Ainsworth e colaboradores (1978), encontraram diferenças individuais no comportamento de vinculação e associaram-nos a alguns padrões de vinculação. Através do procedimento experimental, intitulado como «Situação Estranha», investigou-se o desenvolvimento da vinculação no primeiro ano de vida do bebé (Ainsworth, 1979).

Em ambiente laboratorial, a «Situação Estranha», expõe a criança a momentos incomuns – a um adulto que não conhece e que comunica com ela e duas situações rápidas de separação da mãe – induzindo desconforto e, conseqüentemente, os comportamentos de vinculação emergem (Salvaterra, 2007).

O procedimento consiste em classificar, consoante o padrão de comportamento demonstrado na «Situação Estranha», especialmente nos episódios de reencontro depois da separação. Foram identificados oito padrões, mas apenas três grupos são considerados os principais: A, B e C. No grupo A, os bebés, raramente choram nos momentos de separação e, nos momentos de reencontro, evitam a mãe. Alternam entre comportamentos de proximidade e procura e comportamentos de evitamento ou ignoram completamente a mãe. No grupo B, os bebés utilizam as suas mães como base segura para atividades exploratórias nos momentos antes da separação; os seus comportamentos de vinculação são intensificados pelas situações de separação, de tal forma, que a exploração diminui e o desconforto é provável e, nas situações de reencontro eles procuram contato, com proximidade ou, pelo menos, interação com as suas mães. No grupo C, os bebés tendem a mostrar alguns sinais de ansiedade, mesmo

nos momentos antes da separação; ficam severamente aflitos com a separação e, nos momentos de reencontro são ambivalentes com a mãe, procuram contato próximo com ela mas também oferecem resistência ao contato ou à interação (Ainsworth, 1979).

De acordo com estes estudos de Ainsworth (1971), identificam-se, então, três principais padrões de vinculação:

a) Inseguro/evitante, no qual a criança não tem confiança de que quando necessitar de cuidados, será atendido o seu pedido e, caso contrário, espera ser rejeitado. Quando se torna severamente marcado, a criança tenta viver a sua vida sem o afeto e suporte dos outros, tenta ser emocionalmente autossuficiente e, mais tarde, pode ser diagnosticado como narcisista ou ter um falso autoconceito.

b) Seguro, no qual a criança está confiante que a mãe estará disponível, responsiva e pronta a ajudar em situações adversas ou assustadoras. Com esta certeza, a criança sente-se com coragem para investir nas suas explorações do meio envolvente. Este padrão é promovido pela mãe, durante os primeiros anos de vida da criança, sendo prontamente disponível, sensitiva aos sinais da sua criança e carinhosamente responsiva quando esta procura proteção e/ou conforto.

c) Inseguro/ambivalente, no qual a criança tem dúvidas em relação à disponibilidade, capacidade de resposta ou de ajuda da mãe, quando solicitada. Devido a esta incerteza, a criança tende sempre para ansiedade de separação, tende a agarrar-se à mãe e a estar ansiosa face às atividades exploratórias. Este padrão, no qual o conflito é evidente, é suportado pela mãe ao estar disponível e ser prestativa numas situações e não noutras, por separações e, segundo estudos clínicos, ameaças de abandono utilizadas como ferramenta de controlo (Bowlby, 1988).

Embora na maior parte dos casos, o padrão observado se encaixava na classificação de um dos três tipos identificados, havia exceções. Durante o método utilizado nos estudos da «*Situação Estranha*» de Ainsworth, no qual a criança e a mãe são observadas em interação durante uma série de breves episódios, determinadas crianças demonstraram estar desorientadas e/ou desorganizadas. Uma criança mostrava-se extremamente confusa; outra permaneceu imóvel; uma terceira demonstrou um comportamento estereotipado; a quarta iniciou um movimento e, de seguida parou sem motivo aparente. Depois de muitos estudos, Main e colaboradores (1981, 1985) chegaram à conclusão de que estas peculiares formas de

comportamento ocorrem em crianças que estão a exhibir uma versão desorganizada dos três padrões de vinculação conhecidos (Bowlby, 1988).

1.1.3. Comportamentos de Vinculação

O comportamento de vinculação de um indivíduo, corresponde a qualquer forma de comportamento que resulta na obtenção ou manutenção da proximidade desejada ao outro, idealizado com melhor capacidade de interagir com o meio ambiente. É mais evidente quando o indivíduo está assustado, cansado ou doente e, sente alívio com o conforto e prestação de cuidados. Por vezes, o comportamento não é tão claro. Contudo, para o indivíduo ter a informação de que uma figura de vinculação está disponível e responde rapidamente, é-lhe transmitido um sentimento de segurança forte e abrangente, encorajando-o a valorizar e dar continuidade à relação (Bowlby, 1988).

A maior parte das crianças habitualmente tem preferência por uma pessoa, normalmente a figura materna, a quem recorrem quando se sentem desconfortáveis, mas na sua ausência, procuram outra pessoa, preferencialmente alguém que conhecem bem. Nestas situações, muitas crianças mostram uma notória preferência hierárquica, que em situações extremas e sem mais ninguém disponível, até um estranho amistoso pode ser abordado (Bowlby, 1988).

Alguns comportamentos, como sorrir e vocalizações, são comportamentos de sinalização que alertam a mãe para o interesse da criança na interação e, servem para a levar à criança. Outros comportamentos, como chorar, são aversivos e, levam a mãe até à criança para os interromper. Algumas condutas de aproximação e seguimento, são comportamentos ativos que permitem a criança movimentar-se na direção da mãe (Cassidy, 2008).

Apesar do comportamento de vinculação ser facilmente identificado durante a primeira infância, também pode ser observado ao longo da vida, especialmente em situações de emergência (Bowlby, 1988).

Na perspetiva evolucionista de Bowlby (1969/1982), os comportamentos de vinculação são geneticamente selecionados, porque aumentam a proximidade da criança à mãe e vice-versa que, por sua vez, aumenta a proteção e proporciona vantagem de sobrevivência. Considera-se, também, que os comportamentos de vinculação estão

organizados num «sistema comportamental de vinculação», o qual, descreve um sistema de comportamentos, inerentemente motivados, que conduz a determinados resultados previsíveis. Muitos destes comportamentos, estão organizados internamente no indivíduo, em resposta a um historial de pistas internas e externas. Os comportamentos escolhidos num contexto específico são aqueles, que a criança considera mais eficazes naquele momento. Ao longo do seu desenvolvimento, a criança consegue aceder a uma maior variedade de comportamentos de proximidade e aprende quais são os mais eficazes e em que circunstâncias (Cassidy, 2008).

Bowlby (1969/1982) descreve, também, dois tipos de fatores que contribuem para a ativação do sistema de vinculação, ambos correspondem a condições indicativas de perigo ou *stress*. Um está associado a condições da criança, por exemplo, doença, cansaço, fome ou dor. O outro relaciona-se com as condições relativas ao meio, tais como, a presença de um estímulo ameaçador; particularmente a localização e o comportamento da mãe, como por exemplo, a sua ausência, recuo ou rejeição da criança. A procura de proximidade é ativada quando a criança recebe informação, de ambas as fontes: internas e externas, de que o objetivo, distância desejada da mãe, foi excedido e, como tal, mantém-se ativa até o objetivo ser alcançado (Cassidy, 2008).

Segundo Bowlby (1979), também a emoção e a cognição desempenham um papel relevante para a vinculação. Muitas das mais intensas emoções aparecem durante a formação, manutenção, quebra e renovação das relações de vinculação. No que concerne às componentes cognitivas, Bowlby (1969/1982) propõe, que a organização do sistema comportamental da vinculação, envolve representações mentais da figura de vinculação, do próprio e do meio, todas baseadas nas suas experiências de vida (Cassidy, 2008).

1.1.4. As Figuras de Vinculação

Segundo Bowlby (1969/1982), desde cedo, as crianças têm mais de uma figura a quem direcionam o comportamento de vinculação. Ainsworth (1967) e Schaffer e Emerson (1964) observaram também que, nos seus estudos empíricos, a maior parte das crianças estabelecem mais relações de vinculação com mais de uma figura familiar durante o primeiro ano de vida. Bowlby refere, que a sensibilidade ao choro e a disposição para a interação social são os fatores primordiais na escolha de quem será uma figura de vinculação. Na maior parte

das culturas, os pais, irmãos mais velhos, avós, tias e tios são os elementos familiares mais prováveis de se estabelecerem como figuras de vinculação. Geralmente, o papel da mãe como figura de vinculação é evidente mas, em especial, o pai, também, pode facilmente tornar-se uma figura de vinculação alternativa nos primeiros anos de vida da criança. De acordo com as observações de Freud e Dann's (1951), as crianças sobreviventes num campo de concentração, em situações não habituais e geradoras de *stress*, podem até estabelecer relações de vinculação a outras crianças (Cassidy, 2008).

Embora a maior parte das crianças tenham múltiplas figuras de vinculação, as crianças não se relacionam com elas de forma igual nem são substituíveis umas pelas outras, há uma «hierarquia de vinculação». De acordo com Bowlby (1969/1982), é um erro partir do pressuposto que a criança dispersa a capacidade de vinculação nas diferentes figuras, de tal forma, que não estabelece uma vinculação forte com ninguém em especial. E, propõe, que esta tendência das crianças manifestarem preferência por uma figura de vinculação principal, que oferece conforto e segurança, seja classificada como «monotropia»² (Salvaterra, 2007).

Como definido anteriormente, a criança, durante o primeiro ano de vida, estabelece relações de vinculação com duas ou três figuras, normalmente, membros da família ou outras pessoas próximas, mas envolvidas nos seus cuidados. Durante a segunda infância, quando a criança passa mais tempo com pessoas fora da família, podem surgir oportunidades para o estabelecimento de novas relações de vinculação. Na adolescência e na juventude, os indivíduos iniciam, normalmente, o estabelecimento de novas relações de vinculação com os parceiros sexuais. Apesar da vinculação aos pais, habitualmente, permanecer ao longo da vida, as relações de vinculação posteriores podem tornar-se as mais importantes na vida adulta (Cassidy, 2008).

1.1.5. Transmissão Intergeracional dos Padrões de Vinculação

Bowlby (1973) explica claramente o papel dos modelos dinâmicos internos na transmissão intergeracional dos padrões de vinculação. Segundo a sua perspectiva, os indivíduos, que ao longo do desenvolvimento, se tornam relativamente estáveis e

² Bowlby utiliza o termo “monotropia” para descrever esta tendência.

autoconfiantes, normalmente têm pais que os apoiam, quando precisam e, também permitem e encorajam a autonomia. Este tipo de pais, não só, tende a garantir uma comunicação francamente honesta dos seus modelos dinâmicos internos de si próprio, do(s) seu(s) filho(s) e dos outros, como também, tem a capacidade de transmitir à criança, que estes modelos dinâmicos internos estão abertos a questões e podem ser reformulados. Por este motivo, Bowlby considera, que a herança da saúde e doença mental através da microcultura familiar é tão importante como a sua herança genética (Bretherton, 1992).

No terceiro volume da trilogia sobre vinculação, Bowlby (1980), recorre às teorias do processamento da informação para explicar a estabilidade dos modelos dinâmicos internos. Relativamente à forma de armazenamento das imagens dos pais e do *self* distinguem-se, pelo menos, dois tipos: ocasional e semântico. Por um lado, as memórias do comportamento e as palavras faladas em cada momento específico são armazenadas ocasionalmente, por outro, as generalizações da mãe, do pai e do *self*, que têm em si os modelos dinâmicos internos, são armazenadas semanticamente, em formato analógico e/ou proposicional. Tendo em conta estas duas diferentes formas de processamento da informação, podem surgir conflitos. Uma das razões relaciona-se com a parte dominante da informação. Por um lado, quando a informação é armazenada de forma ocasional, a parte dominante está associada ao que o próprio percebe e a parte com menor relevância corresponde ao que lhe contaram acerca da situação. Por outro, quando a informação é armazenada semanticamente, o que lhe é contado sobrepõe-se ao que o indivíduo possa pensar (Bowlby, 1980).

“... quando um pai ou uma mãe insiste que ama o seu filho, mas o filho experiencia as ações dos seus pais como inversas. Neste tipo de casos o filho está num dilema. Deverá aceitar a imagem tal como a vê, por ele próprio? Ou deverá aceitar aquela que os pais insistem que é verdade? Múltiplas possibilidades são ponderadas, talvez a mais comum é o fácil compromisso no qual o filho dá alguma credibilidade a ambas as hipóteses e oscila dificilmente entre dois pares de modelos incompatíveis, cada par consistindo no modelo do seu pai ou mãe e um outro complementar de si próprio.”
(Bowlby, 1980; p. 178)

Mais tarde, Georges, Kaplan e Main (1985) desenvolveram um estudo dos modelos dinâmicos internos, no qual procuraram correspondência entre os padrões de vinculação de

Ainsworth, da criança à mãe e os padrões do adulto. Desenvolveram a Adult Attachment Interview (AAI), na qual se colocavam questões aos pais sobre as suas relações de vinculação na infância, bem como a influência destas relações precoces no seu próprio desenvolvimento (Salvaterra, 2007).

Foram identificados três padrões distintos: pais seguros/autónomos, que davam uma explicação clara e coerente das vinculações precoces, independentemente de serem satisfatórias ou não; pais preocupados, que falavam de muitas memórias infantis conflituosas acerca da vinculação mas não as conseguiam organizar de forma consistente; e, por último, os pais desligados, caracterizados pela incapacidade de recordarem de forma completa a informação acerca das suas relações de vinculação na infância (Salvaterra, 2007). Em algumas das entrevistas aos pais desligados, verificou-se, que estes tinham os pais idealizados e negavam a influência das experiências de vinculação precoces no seu desenvolvimento. Os pais que evocaram memórias específicas, estas sugeriam episódios de rejeição (Bretherton, 1992).

Para além de se encontrarem correspondências entre os padrões de vinculação do adulto, através da AAI, e os das crianças, através de Ainsworth, Main e colaboradores, também se verificaram correlações, nomeadamente, mães autónomas tendem a ter filhos seguros, mães desligadas tendem a ter filhos evitantes e mães preocupadas têm filhos resistentes (Salvaterra, 2007).

Capítulo 2 – Adolescência

2. Adolescência

2.1. Adolescência

A adolescência é vista por Allen, Moore, Kuperminc e Bell (1998), como uma etapa do desenvolvimento, na qual, as mudanças biológicas, mentais e sociais são especialmente evidentes. Corresponde, também, à última etapa do desenvolvimento onde ocorrem rápidas alterações neurológicas. Para além das importantes mudanças relacionadas com o desenvolvimento sexual e o aumento do seu interesse, também surgem alterações nos laços afetivos (Uytun, Oztop & Esel, 2013).

Em 1904, Hall publica um dos primeiros trabalhos sobre o desenvolvimento do adolescente intitulado *Adolescence: Its Psychology and Its Relations to Physiology, Anthropology, Sociology, Sex, Crime, Religion, and Education*. Hall interessou-se especialmente pela adolescência porque considerava-a uma fase do desenvolvimento, de grande vulnerabilidade e que correspondia a um momento, no qual, se estabeleciam e consolidavam novos comportamentos e novas crenças. Apesar de ter como base as teorias biológicas do desenvolvimento das espécies e da recapitulação do desenvolvimento do indivíduo, introduz o conceito de plasticidade desenvolvimental na adolescência (Cairns & Cairns, 2006). Hall e outros especialistas contemporâneos corroboram a hipótese de que, o adolescente se desenvolve de forma repentina e atravessa uma fase de quebra de relações afetivas, de insegurança, labilidade emocional, de crise de identidade e conflito intergeracional (Weiner, 1995).

Segundo Anna Freud (1958), Freud identificou que os adolescentes demonstram ideias, sensibilidades e comportamentos desadaptativos que poderiam preencher critérios de patologia mental se acontecessem em indivíduos adultos (Weiner, 1995).

Nas décadas seguintes, as teorias psicanalíticas, baseadas nos pressupostos de Freud, consideram que no período da adolescência, os impulsos sexuais e agressivos, vivenciados na infância durante as fases – oral, anal e edipiana – do desenvolvimento, são reativados de forma mais madura. Consideram a intelectualização como o mecanismo de defesa que o adolescente utiliza para gerir o seu mal estar emocional, levando-o a alterar o foco do

concreto, do corpo para o abstrato, distanciando-se das emoções. Sendo assim, os conflitos na adolescência são considerados movimentos adaptativos, na procura de uma nova forma de ser e estar na sociedade (Senna & Dessen, 2012).

Segundo Oliveira (2006), em 1968/1976, Erikson, com base na teoria do desenvolvimento psicossocial, adiciona à abordagem psicanalítica a antropologia cultural e constrói um modelo que coloca as dimensões intelectual, sociocultural, histórica e biológica em interação. Tendo em conta esta perspetiva, Erikson considera que o desenvolvimento psicossocial percorre oito etapas previsíveis, nas quais, em cada etapa o indivíduo atravessa uma crise normativa a ser ultrapassada. A adolescência corresponde à quinta crise, chamada crise de identidade, na qual surge o conflito entre identidade e difusão de papéis (Senna & Dessen, 2012). Esta passagem, diz respeito ao percurso pelo qual os adolescentes adquirem a noção de quem são, das suas crenças e do que pretendem fazer no futuro. Inerentemente, surgem episódios de crise de identidade, com comportamentos inconstantes e desadequados, de tal forma que a perturbação e o desvio correspondem à norma durante o período da adolescência (Weiner, 1995). Tendo em conta, que a construção de identidade depende da troca diária de experiências e informações do adolescente com os outros, os adolescentes que são encorajados e recebem reforços positivos adequados, tendem a sair desta crise mais fortalecidos, independentes e com maior capacidade de controlo (Senna & Dessen, 2012).

A adolescência também é caracterizada por mudanças relacionais entre o Eu e o Outro que acarretam uma interação entre o mundo interno e o mundo externo, onde a continuação da construção do Eu apenas terá continuidade nas relações que o adolescente estabelece com os outros. Partindo das teorias psicanalíticas, verificam-se três dimensões para o Outro, nomeadamente, o igual, o diferente e o complementar. O Outro como igual, está associado o equilíbrio entre o interior e o exterior, que visa a continuidade entre o que pertence ao Próprio e o que pertence ao Outro, tem a função de atribuir sentido, juntar, encaixar e organizar conteúdos do Próprio e pertence à mesma geração e grupo de amigos. O Outro como diferente, associa-se à diferenças existentes entre o Eu e o Outro, nomeadamente o sexo masculino ou feminino. O Outro como complementar relaciona-se com a ligação do antigo ao novo, do conhecido ao desconhecido, que resulta em novos significados, o que está “...em falta num leva à procura no Outro...” (Cunha & Marques, 2009; p. 251).

Segundo Mead (1928/1979), um dos aspetos mais relevantes da adolescência prende-

se com os fenómenos socioculturais. O comportamento do adolescente é fortemente influenciado pelos meios sociais onde se insere, nomeadamente, pais, amigos e cultura. Com o intuito de explorar a rebeldia, fase universalmente associada à adolescência, antropólogos sociais e culturais, relacionam-na *versus* o autoritarismo paternal às utopias juvenis, tendo em conta o modo de vida e o nível de cultura adquiridos (Senna & Dessen, 2012).

No que toca ao aspeto afetivo do desenvolvimento psicológico adolescente, considera-se, que existem mudanças com consequências intrapsíquicas e intrafamiliares de conflitos – desejo de autonomia *versus* dependência, obediência *versus* desobediência e entre os ideais intrafamiliares *versus* extrafamiliares. Estas mudanças na *psiché* do adolescente significam que já tem capacidade para tolerar melhor a diminuição da intensidade da relação afetiva entre adolescente e progenitores. Segundo Figueiredo, Ferronha, Vaz, Costa e Fleming (1983), o desejo de autonomia na adolescência surge precocemente, antes da diminuição da obediência e idealização do progenitor do mesmo sexo. Em relação às diferenças de género, verifica-se que, nos rapazes estas mudanças são mais progressivas, a desidealização ocorre antes da capacidade de desobediência, enquanto nas raparigas ocorre uma inversão na ordem e a mudança é mais abrupta (Figueiredo et al., 1983).

As abordagens de Piaget (1994/1999) sobre os processos de desenvolvimento cognitivo, investigam, não apenas, a dimensão cognitiva, apesar de ser a base de todas as outras, mas também as dimensões lúdica, afetiva, social e moral do indivíduo. Piaget considerava a adolescência como uma fase, na qual, ocorre a potencialização do raciocínio hipotético-dedutivo e da moral autónoma. Com o desenvolvimento do pensamento formal, o adolescente demonstra uma forma própria de olhar e aceitar a realidade e, constrói representações em linguagens diferentes, tendo como linha orientadora a perspetiva do outro. Em relação ao desenvolvimento da moral traduz-se na capacidade de articular ações com julgamentos, avaliando-os e tomando uma posição com base em critérios independentes da própria situação (Oliveira, 2006).

Outra referência, para a compreensão do desenvolvimento do adolescente é o modelo de John Hill (1980). Para Hill, a adolescência é vista como um período, no qual, surgem mudanças primárias, que ocorrem em determinados contextos e, que originam mudanças secundárias no adolescente. As mudanças primárias correspondem às modificações de definição social, relacionadas com a forma como os outros vêem o adolescente, às alterações

físicas do corpo, que habitualmente trazem problemas de autoimagem e, às alterações cognitivas, na evolução do raciocínio para maior complexidade. Estas mudanças têm lugar em contexto de família, entre colegas e na escola. Por último, a influência recíproca entre as mudanças primárias e os diferentes contextos originam constrangimentos psicológicos nos adolescentes, os quais, Hill define como mudanças secundárias. As mudanças secundárias mais evidentes prendem-se com as relações familiares, autonomia, identidade, realização e intimidade. Nas relações familiares, as ligações afetivas, criadas inicialmente na infância com os pais, são transformadas em ligações mais plausíveis entre estes e o filho adulto. A autonomia aumenta, no sentido de uma maior independência, ampliam-se as atividades de autorrecriação, bem como a autoconfiança em adotar diferentes posturas e atitudes. A afirmação de identidade, verifica-se pela alteração das representações mentais de si próprio para permitir a adaptação às mudanças e pela articulação dessas representações para formar um autoconceito único e estável ao longo da vida. Numa perspetiva de realização, o envolvimento laboral e a ambição são orientados para objetivos realistas e direcionados para o futuro. Ao nível da intimidade, formam-se relações de amizade mais profundas, denota-se uma maior capacidade de autorrevelação, entendimento do outro e altruísmo (Sprinthall & Collins, 2003).

Para além das mudanças, referidas anteriormente, que surgem durante o período da adolescência, tais como: o pensamento formal, o pensamento abstrato, a diferenciação entre o *eu* e o *outro*, bem como a distinção entre o subjetivo e o objetivo, também emergem mudanças no sistema de valores. Segundo Lawrence Kohlberg (1979), o desenvolvimento moral segue uma sequência de estádios, transversais a qualquer cultura, classe social ou país. Ou seja, o que Piaget descreve como estádios de desenvolvimento cognitivo e Erikson como estádios de desenvolvimento psicossocial, é referido por Kohlberg como estádios de desenvolvimento moral. São definidos seis estádios, agrupados em três categorias: *pré-convencional* (1 e 2), *convencional* (3 e 4) e *pós-convencional* (5 e 6), (Sprinthall & Collins, 2003).

De acordo com os seus estudos, no início da adolescência, durante o terceiro ciclo do ensino básico (13-14 anos), os adolescentes encontram-se entre os estádios dois e três. De forma geral, os adolescentes com estas idades tendem a entender os dilemas morais de forma materialista, tencionando ter ganhos próprios, ou através da aprovação dos outros. Os

adolescentes que se encontram no estágio dois, movem-se de forma egoísta, as atitudes certas correspondem às que satisfazem as suas necessidades individuais e raras vezes as dos outros, já têm noção de que as coisas podem ter significados diferentes para diferentes pessoas, mostram tendências igualitárias e sensibilidade para as trocas e reciprocidade. Os adolescentes que se encontram no estágio três, dependem da aprovação dos outros, em especial do seu grupo de amigos, tornando-se a referência mais relevante na seleção de valores. Contudo, o adolescente pode recorrer a este estágio, seja qual for o grupo de referência, pais, colegas ou até um líder espiritual. Nesta fase, o sujeito ainda não consegue elaborar juízos de valor, mediante os seus próprios valores morais estáveis. Esta volatilidade neste nível moral, associa-se à instabilidade do grupo de referência. Devido ao tipo de raciocínio moral deste estágio, perante um problema complexo do quotidiano, uma solução banal, poderá ser a opção encontrada, o importante é a concordância do grupo de referência (Sprinthall & Collins, 2003).

Mais tarde, no ensino secundário (16-18 anos), muito poucos são os adolescentes que recorrem ao raciocínio característico do estágio dois, a maior parte situa-se no estágio três. Um número limitado de interesses pessoais mantém a influência na escolha de valores, contudo, de uma forma menos evidente do que os adolescentes dos anos anteriores. É nesta faixa etária, que surge a utilização do tipo de raciocínio característico do estágio quatro. O adolescente inicia um processamento cognitivo relativo aos valores, consoante os limites e regras da sociedade. Aqui, os limites e regras, são menos voláteis, com maior amplitude e menos facultativas do que as escolhas definidas no estágio anterior. Na transição do estágio três para o estágio quatro o ponto de referência muda, passa a ser internamente orientado. O sujeito começa a conseguir racionalizar os problemas e já consegue formar ideias exatas, examinar e apreciar temas importantes (Sprinthall & Collins, 2003).

2.2. A vinculação na Adolescência

Do ponto de vista da vinculação de Ward e Carlson (1995), a adolescência corresponde a uma fase do desenvolvimento transitória. Com a entrada nesta fase, o adolescente tende a tornar-se menos dependente dos cuidados das primeiras figuras de

vinculação. Tendo em conta, que aproximadamente dez anos depois, poderá surgir a oportunidade de, ele próprio, ser uma figura de vinculação, o adolescente sofre grandes mudanças emocionais, cognitivas e comportamentais, consoante o seu desenvolvimento que passa de, apenas, receber os cuidados dos pais a ser um potencial cuidador (Allen & Land, 1999).

Claramente os adolescentes enfrentam grandes desafios e a sua resolução repercutir-se-á ao longo do seu desenvolvimento. Segundo Laible, Carlo e Rafaelli (2000), um dos principais destes desafios prende-se com a renegociação da sua posição dentro da família, sem perder a relação de suporte e conforto que tem com os pais e, como tal, a qualidade da vinculação do adolescente aos pais assume um papel determinante (Buist, Dekovic, Meeus & Aken, 2004).

Em relação ao desenvolvimento cognitivo, segundo Keating (1990), é na adolescência que surge o pensamento operatório formal, incluindo o raciocínio lógico e abstrato que, de acordo com Main, Kaplan e Cassidy (1985) e Ricks (1985), vai permitir ao adolescente começar a construir uma postura mais abrangente de vinculação, a partir de experiências com múltiplos cuidadores. O pensamento operatório formal também permite ao adolescente ter em conta alternativas contrafatuais e abstratas que, por sua vez, possibilitam comparar relações com diferentes figuras de vinculação entre si e possíveis figuras de vinculação idealizadas (Allen & Land, 1999).

“... uma criança pode representar múltiplas experiências de vinculação divergentes sem considerar como se relacionam umas com as outras, mantendo representações como «A minha mãe ajuda-me sempre a sentir-me melhor» e «O meu pai ignora-me quando estou chateado». O adolescente, em contraste, consegue considerar mais proposições integrativas, tais como «Posso obter ajuda de algumas pessoas quando preciso, mas não de toda a gente, então tenho de ser cuidadoso em escolher quais as pessoas de quem me aproximo».”
(Allen & Land, 1999; p.320)

Segundo Kobak e Cole (1994), a capacidade de olhar para as relações de vinculação de forma abstrata acarreta a possibilidade de considerar que os pais podem não conseguir satisfazer inteiramente as suas necessidades de vinculação (Allen & Land, 1999).

Em 2003 um estudo de Allen e colaboradores, também confirma a desidealização dos

pais como um dos potenciais marcadores do fenómeno base segura durante o período da adolescência. Tal como Hill e Palmquist (1978) e Inhelder e Piaget (1958) anteriormente referem, uma perspetiva idealizada dos pais corresponde ao tipo de pensamento preto e branco característico da infância. No entanto, na adolescência, fruto do pensamento operatório formal, esta perspetiva dá lugar a um olhar mais crítico, com uma lógica mais detalhada (Allen et al., 2003).

Posto isto, é importante salientar, que a gradual desidealização dos pais é vista como um fator elementar que permite ao adolescente começar a explorar a sua autonomia emocional e cognitiva face aos pais, vendo-os como seres humanos, com forças e fraquezas e, como tal, também podem errar ou falhar e não sabem sempre tudo (Allen & Land, 1999).

A reduzida idealização dos pais, não significa que estamos perante uma rejeição da relação de vinculação, muito pelo contrário, é esperada no contexto de uma relação segura, na qual, o adolescente espera suporte emocional por parte dos pais, mas como estes não são perfeitos, o adolescente é impelido a explorar o mundo, para além da sua própria família (Allen et al., 2003).

Bowlby, ao longo dos seus estudos, também entende a vinculação como um processo que acompanha o indivíduo ao longo da vida e, alerta para as circunstâncias que permitem ou impossibilitam a revisão dos modelos dinâmicos internos, formados durante a infância com as primeiras figuras de vinculação. O adolescente, pelas mudanças inerentes ao seu crescimento, pode alterar a qualidade das relações, atualizar ou rigidificar padrões anteriores ou estabelecer novas relações. Considera-se ainda que, esta fase, a partir da integração das relações significativas, solidifica a organização interna da vinculação (Machado & Oliveira, 2007).

Em 1982, as observações de Weiss indicavam que, apesar de se verificar um aumento nos intervalos, durante os quais, o acesso aos pais não é necessário para os adolescentes se sentirem seguros, a confiança no compromisso parental é crucial. Os seus estudos sugerem, que à medida que os adolescentes amadurecem o sentimento de segurança transmitido pelos pais, diminui a necessidade da sua presença efetiva e aumenta a necessidade da sua função como aliados (Armsden & Greenberg, 1987). Ser-se autónomo e, ao mesmo tempo, conseguir manter uma relação de vinculação segura com os pais, são fenómenos que se complementam e vão no mesmo sentido; a vinculação segura contribui positivamente para o desenvolvimento da autonomia (Machado & Oliveira, 2007).

Nesta etapa do desenvolvimento, as novas relações de vinculação que se estabelecem com o grupo de amigos ou amigos próximos assumem um papel relevante e similar às relações de vinculação com os pais, na adaptação do adolescente. Em 2000, um estudo de Laible, Carlo e Raffaelli, comparou quatro grupos de adolescentes, nomeadamente, (a) adolescentes que reportavam elevados níveis de segurança com os pais e amigos, (b) adolescentes com baixos níveis de segurança em relação aos pais e amigos, (c) adolescentes com elevados níveis de segurança em relação apenas aos amigos e (d) adolescentes com elevados níveis de segurança em relação apenas aos pais. Verificou-se, que o grupo de adolescentes com relações de vinculação seguras a ambos, pais e amigos, reportaram um melhor ajustamento, com menos depressividade e agressividade e mais empatia. Inversamente, os adolescentes com baixos níveis de segurança em relação aos pais e amigos demonstraram um pior ajustamento e, reportaram níveis mais elevados de agressividade e depressividade e níveis mais baixos de empatia. Os adolescentes que tinham relações seguras com os amigos, mas menos seguras com os pais, reportaram melhor ajustamento, em termos de depressividade, agressividade e empatia, do que aqueles que reportaram ter uma relação segura com um dos pais, mas menos segura com os amigos (Laible et al., 2000).

Os resultados deste estudo confirmam a relevância das múltiplas figuras de vinculação na promoção de um ajustamento saudável na adolescência, bem como, a organização hierárquica das relações de vinculação, nas quais, os amigos são relativamente mais influentes no ajustamento adolescente. Este aumento de confiança nos amigos para apoio emocional e vinculação, pode ser o resultado de muitos fatores, nomeadamente a emergência da autonomia do adolescente face à família, uma nova panóplia de preocupações e interesses, incluindo a sexualidade, as quais, são conversadas mais facilmente entre os amigos. O desenvolvimento cognitivo pode, também, encorajar os adolescentes a procurar «confidentes» que também se interessam pela autodescoberta (Laible et al., 2000).

Para Erikson (1974), a formação de identidade corresponde à fase mais importante da adolescência, a qual, consiste na resolução do conflito entre a síntese e a confusão da identidade. Como resultado, surge um sentido do *self* estruturado e consistente, tendo em conta a orientação política e vocacional do indivíduo e a relação com o outro. A identidade do *ego* segue dois princípios: coerência do *self* e continuidade do *self*. Segundo Côté e Lavine (2002), a identidade do *ego* pressupõe um estilo individual estável de funcionamento do *ego*,

que compreende um sistema que sintetiza experiências, de acordo com um esquema cognitivo. Por sua vez, este esquema ajuda o indivíduo a atribuir significado às novas experiências e a aprender com elas. De acordo com Greenberger e Sorensen (1974), a robustez do *ego* é condição para padrões de comportamento estáveis e previsíveis. Para Erikson (1974) e, mais tarde, Scwartz (2001), isto permite ao indivíduo ser percebido pelos outros, como sendo a mesma pessoa ao longo do tempo, em diferentes situações (Koepke & Denissen, 2012).

Adams e Marshall (1996) investigaram a ligação entre o «macro contexto» e o «micro contexto» no desenvolvimento da identidade. Estes autores concluíram, que o que liga estes dois contextos e influencia a individualidade são as ideias, convicções e princípios partilhados, mas também os códigos, representações e conteúdos presentes na sociedade e nas interações sociais do quotidiano. O mesmo acontece na relação entre pais e filhos, os pais funcionam como agentes socializantes e modelos de identificação, transmitindo valores e normas sociais aos seus filhos (Koepke & Denissen, 2012).

Segundo Freud (1909, 1933), a separação «adolescente-progenitores» é uma experiência que acarreta dor a ambas as partes, filhos e pais, contudo é indispensável ao crescimento normal do ser humano. Acrescenta ainda que o desenvolvimento da sociedade resulta do conflito entre estas duas gerações. Em relação ao desenvolvimento sexual na adolescência, Freud (1917) refere, que o impulso sexual manifesta-se ordenando os seus primeiros desejos. O anterior «objeto familiar incestuoso» é recuperado e sobrecarregado de desejo sexual. Posteriormente, o adolescente tem que se afastar dos seus progenitores. Enquanto não conseguir fazer este movimento, continua a ser uma criança, invalidando-o como elemento ativo na sociedade. Na visão de Freud, o retorno do conflito de Édipo, seria suficiente para o adolescente conseguir desligar-se dos pais. Contudo, resguardar-se desta relação edipiana envolve uma rejeição involuntária dos progenitores. Consequentemente, o autoritarismo do adulto entra facilmente em choque com o adolescente (Fleming, 1983).

Loewald (1962), foi dos primeiros a associar o «processo de luto» à adolescência. Para este autor, a renúncia progressiva do «objeto perdido», implica internalizações inerentes à ligação com esse objeto e culmina com a libertação do poder paternal. Mais tarde, Max Sugar (1968), traça o «luto adolescente» em três etapas. O início da adolescência, define como *separação-protesto*; a adolescência intermédia, corresponde à *desorganização*,

assinalada por inquietação, revolta, sentimentos de ausência e tristeza; o fim da adolescência é a etapa de *reorganização* onde, depois de alguma agitação, surge uma fase de maior tranquilidade. Dias Cordeiro (1979) também identifica dois processos reconstrutores da *psiché* durante a adolescência: primeiro, o «luto» da imagem do pai e da mãe e, depois, a eleição do objeto sexual. Sendo que, não é possível fazer a escolha do objeto sexual, sem fazer o «luto» dos pais (Fleming, 1983).

De acordo com a teoria do processo de individuação na adolescência de Blos (1979), a individuação acontece quando o *ego* renuncia a dependência intrapsíquica dos pais, interiorizada pelo *superego*. Como resultado deste processo de individuação, o adolescente alcança o sentido de si, distinto dos progenitores (Rice, 1990).

Segundo Wise (1970), durante o processo de individuação, os comportamentos de alienação, revolta e o desacordo de opiniões na adolescência, são sintomas de uma lacuna na ligação prematura com a figura materna, dificultando a gestão afetiva da depressividade natural à separação. Para uma separação saudável dos seus pais, o adolescente necessita, em primeiro lugar, de desenvolver um sentido de si individual e, posteriormente, autonomizar-se. A partir daí, já consegue fazer escolhas mais independentes e com responsabilidade. Muitos têm dificuldade em livrar-se das expectativas e projetos dos pais, alguns passam por uma fase de procrastinação, tentando encontrar-se, testando-se e testando os outros, perdendo-se e encontrado-se no outro, onde os amigos da mesma faixa etária representam funções de grande relevância. Durante este processo procuram-se respostas à questões – Quem sou? Para onde vou? (Fleming, 1983).

De acordo com alguns estudos, nomeadamente, Smetana (1995), Adams e Marshall (1996) e Schatter e Ventura (2008), muitas vezes o que é melhor para a individualidade dos filhos, não é o melhor para os pais e, idealmente, os pais deveriam conseguir fazer essa distinção. Demonstrando desta forma, sensibilidade às necessidades reais dos filhos e preocupação com o seu grau de satisfação. Contudo, em simultâneo, também tentam controlar o comportamento do filho e o meio onde ele está inserido, esforçando-se por corresponder àquilo que a sociedade entende, idealmente, como regras e limites. Para Collins e colaboradores (1997) e Smetana e Asquith (1994), entre outros, estes limites, durante o período da adolescência, são postos em causa. O filho passa a ter necessidades de uma maior autonomia e, como tal, os pais também precisam de um período de adaptação, no qual a visão

que tinham do filho evolui e tende a aproximar-se da nova visão que o filho tem de si próprio, quebrando algumas regras definidas anteriormente. Inicialmente, os pais podem opor-se, inibindo a sua autonomia, quando é colocada em causa a sua autoridade perante o filho adolescente. Contudo, para Allen e colaboradores (1994) e Soenens e Vansteenkiste (2005), esta inibição da autonomia pode favorecer o desenvolvimento da autonomia do filho, reforçando as suas capacidades enquanto produtores e produtos do sistema social (Koepke & Denissen, 2012).

Se os pais permitirem que os filhos experimentem a sua nova visão de si próprios, sem lhes retirar apoio e proteção, os filhos, entendem a ausência de regras e limites como um teste, no qual, têm que provar aos pais que são capazes de agir com maturidade e responsabilidade. Todavia, a obrigação de manter algumas regras e limites existentes em ambientes controlados pelos pais, como por exemplo, em casa e na escola e, a responsabilidade legal dos pais, não permite que a autonomia seja alcançada na sua totalidade durante a adolescência. Por esta razão, de acordo com alguns investigadores, nomeadamente, Mazor e Enright (1988), Smollar e Younis (1989) e Wintre e colaboradores (1995), os adolescentes podem tentar manter-se afastados dos pais ao nível cognitivo e afetivo, expressando uma maior separação e uma menor vinculação, devido aos processos de desidealização dos pais e de autorrevelação. Segundo Smetana e Asquith (1994) e Collins e colaboradores (1997), parte da autoridade transferida dos pais para os filhos ao longo da adolescência e a experiência dos filhos serem capazes de agir de forma responsável, preparam os pais e os filhos adolescentes para as mudanças a nível relacional associadas ao início da adultícia. Esta preparação pode reduzir os medos dos pais, que os filhos se desorientem ou que se magoem, se eles não controlarem cada passo que os filhos dão. Como resultado, os pais ficam mais abertos aos argumentos dos filhos nas discussões e mais flexíveis em relação às questões de identidade que começarão a ser exploradas em ambientes independentes dos pais no início da idade adulta (Koepke & Denissen, 2012).

A família, os amigos e os diferentes contextos culturais como, por exemplo, a escola, correspondem aos fatores que mais influência têm sobre os problemas de comportamento. Alguns investigadores, como Deater-Deckard, Dodge, Bates e Pettit (1998), Ownes e Shaw (2003) e Campbell e colaboradores (2000), entre outros, preconizam três grandes dimensões inerentes ao desenvolvimento dos problemas de comportamento. A primeira, diz respeito às

características dos indivíduos, como o humor, a rigidez, a impulsividade, a ausência de estabilidade afetiva e comportamental e o afeto negativo. A segunda, está associada aos problemas familiares, tais como, *stress* parental e depressividade, falta de suporte social, ajustamento inadequado, afastamento dentro da família e dificuldades financeiras. A terceira dimensão, está relacionada com as práticas parentais, incluindo a violência e castigos, negligência e padrões relacionais hostis. Para Naghavi (2011), é através destas dimensões que a família desempenha um papel fulcral na incidência dos problemas. A família corresponde ao sistema social mais influente na formação do comportamento de cada elemento familiar e é o primeiro sistema, com o qual, a criança interage (Razavi et al., 2013).

Segundo Sheeber e colaboradores (1997), fatores como falta de franqueza e amizade verdadeira e ausência de afeto, conflito e hostilidade e baixa coesão familiar, proporcionam um ambiente que favorece o desenvolvimento de problemas de internalização em adolescentes. De acordo com os resultados de um estudo realizado com crianças, de Fava e King (2008), quando a cordialidade, aceitação e expressividade de sentimentos aumentam no meio familiar, os sintomas de internalização diminuem (Razavi et al., 2013).

2.3. Influência do Grupo de Pares

O conceito grupo de pares diz respeito ao grupo de amigos próximos ou íntimos, que durante a adolescência, fazem parte do círculo social do indivíduo. Normalmente são colegas de turma, de escola, amigos de amigos, vizinhos, praticantes da mesma modalidade desportiva ou outras atividades extracurriculares.

Sabe-se que o grupo de amigos tem grande influência nas questões culturais tais como o gosto, estilo e aparência, apesar da conformidade antissocial atingir o seu pico no nono ano de escolaridade (Smetana, Campione-Barr & Metzger, 2006). O papel do grupo de amigos tem impacto no processo de desenvolvimento do adolescente e, como tal, distinguem-se três áreas primordiais: comportamento individual associado à relação de amigos, características e modo de funcionamento do grupo de amigos e, por último, o contexto no qual se insere o grupo de amigos (Magnusson & Stattin, 2006).

Em relação ao comportamento individual de dependência do grupo de amigos, nos

anos 70 e 80, surgiram muitos estudos. Coie e Kupersmidt (1983), incidiram os seus estudos sobre o *status* do indivíduo entre os amigos, popularidade ou rejeição e, a sua relação com o tipo de interação que estabelece com os amigos, mecanismos de *coping* e resolução de problemas, competências sociais, adaptação e êxito escolar, diferentes características da personalidade, emoções, solidão e comportamento pró-social e hostil. Na perspetiva desenvolvimentista de alguns investigadores, nomeadamente Kohlberg, LaCross e Ricks (1972), os problemas ao nível das competências sociais e do *status* em adolescentes surgem estatisticamente relacionados com problemas de ajustamento posterior, tais como o abandono escolar, delinquência e perturbações mentais (Magnusson & Stattin, 2006).

No que diz respeito às características e modo de funcionamento do grupo de amigos, de acordo com Bronfenbrenner (1943), o desenvolvimento social ocorre no indivíduo mas também na organização social à qual pertence. As mudanças são visíveis no *status* do indivíduo dentro do grupo mas também na própria estrutura do grupo – na frequência, força, padrão e na base relacional que mantém o grupo coeso, com características únicas. Verifica-se, portanto, uma relação recíproca entre o grupo de amigos e o indivíduo. Dishion, McCord e Poulin (1999), num estudo experimental com adolescentes rapazes, classificaram os diálogos, entre eles, acerca da quebra de regras como «treino desviante», ao qual associaram reações positivas e contingentes à discussão da quebra de regras (Magnusson & Stattin, 2006).

O contexto no qual se insere o grupo de amigos, diz respeito aos ambientes socioculturais que estão próximos ou distantes, aquando da formação do grupo de amigos. Naturalmente próximos estão a família e os amigos, contudo não são as únicas influências na socialização. Os ambientes proximais também estão inseridos em sistemas de ordem maior, nomeadamente, económico, social e cultural. A natureza destes sistemas distais numa sociedade em particular, determinam as oportunidades e limitações do funcionamento e desenvolvimento dos ambientes mais próximos – família e grupo de amigos – tal como as oportunidades e limitações do funcionamento individual. De acordo com Caspi (1995), independentemente da puberdade influenciar ou não as raparigas adolescentes, o ajustamento social depende do ambiente escolar. Ge, Broady, Conger, Simons e Murry (2002) acrescenta o tipo de vizinhança e Dick, Rose, Viken e Kaprio (2000) as características da comunidade (Magnusson & Stattin, 2006).

Segundo Csikszentmihalyi e Larson (1984), os adolescentes preferem passar grande

parte do seu tempo com os amigos e colegas ou até sozinhos, deixando a família para segundo plano. Na adolescência a quantidade e diversidade das ligações sociais aumenta e, conseqüentemente, a rede social do indivíduo torna-se maior. Contudo, alguns adolescentes conseguem integrar-se e ser socialmente aceites, enquanto outros podem ser rejeitados pelo grupo de amigos. De acordo com Hartup (1983), para os adolescentes, a sua integração no grupo de amigos depende normalmente do aspeto físico, aptidões, capacidade relacional e dos comportamentos de amizade. Os comportamentos indesejáveis levam muitas vezes à rejeição. Underwood e Moore (1982) estabelecem que a integração social está relacionada com as competências cognitivas, nomeadamente, a compreensão interpessoal (Sprinthall & Collins, 2003).

O conceito de amizade na adolescência evolui. Enquanto, que para uma criança os amigos são aqueles com quem gosta de brincar, para um adolescente os amigos são aqueles que o compreendem, com quem pode partilhar ideias e sentimentos. Segundo Furman e Bierman (1984), a lealdade, fidelidade e a confiança mútua são as características pessoais mais valorizadas. Outro dos motivos, pelos quais a amizade assume esta relevância durante a adolescência, corresponde à abertura para construir relações de intimidade. De acordo com alguns estudos, nomeadamente de Harry Stack Sullivan (1927; 1936; 1940), psiquiatra que obteve importantes resultados sobre a importância das relações interpessoais e da amizade durante a adolescência. De acordo com o autor, estas relações, satisfazem uma das necessidades básicas psicológicas transversais – a necessidade de ultrapassar a solidão. Os adolescentes que conseguem vencer a solidão através do grupo de amigos com o mesmo género, desenvolvem competências para estabelecer relações de intimidade (Sprinthall & Collins, 2003).

Segundo Buhrmester e Furman (1986) e Furman (1986), Sullivan, no seu modelo, diferencia cinco *necessidades sociais* que surgem ao longo do desenvolvimento, que se acumulam umas às outras e que se prolongam pela vida fora.

a) *Carinho e proteção*. Depois de nascer e até aos dois anos de idade, o bebé depende dos seus cuidadores principais, normalmente os pais, para as suas necessidades básicas serem asseguradas. Estas primeiras *necessidades de carinho e proteção* têm a sua origem e desenvolvimento no seio familiar, da relação pais-filhos.

b) *Companheirismo*. Durante a infância, entre os dois e os seis anos de idade,

surge a necessidade de *companheirismo*, ou seja, a criança demonstra vontade de que os outros partilhem das suas atividades lúdicas; principalmente os pais, mas também os irmãos e amigos.

c) *Aceitação*. Na era juvenil, entre os seis e os nove anos de idade, surge a necessidade de *aceitação*, que conta com os pais, colegas e outros amigos para a sua satisfação.

d) *Intimidade*. Durante a pré-adolescência, entre os nove e os 12 anos de idade, surge a necessidade de intimidade. O pré-adolescente tende a eleger um melhor amigo, em regra do mesmo sexo. E, como tal, surgem comportamentos de *intimidade*.

e) *Sexualidade*. Tem o seu início na adolescência, entre os 12 e os 16 anos de idade, com os amigos do sexo oposto, namorado, amigos do mesmo sexo, dentro do grupo de amigos ou outros amigos (Pereira, 2009).

Berndt (1982) acrescenta, que a capacidade de conseguir intimidade nas relações, deve-se ao fato de os adolescentes já conseguirem refletir de uma forma menos simplificada acerca dos outros, de si próprios e das diferentes formas relacionais que se podem construir entre dois indivíduos (Sprinthall & Collins, 2003).

É sabido que a qualidade da relação entre os amigos, na adolescência, é um dos fatores preditores do ajustamento na adultícia. Segundo Cowen, Pederson, Babigan, Izzo e Trost (1973), a delinquência juvenil surge associada ao empobrecimento relacional com os amigos durante a infância. A investigação também tem verificado que a fraca relação com os amigos mostra-se como um relevante preditor de muitas problemáticas na adultícia, nomeadamente, problemas comportamentais, laborais, conjugais e sexuais. Estas dificuldades relacionais podem ainda ser consideradas sintomas de outras problemáticas, que num futuro próximo, acarretarão obstáculos ao bem-estar psicológico do indivíduo. É provável, que os adolescentes que se isolam ou comportam de forma hostil, tenham dificuldade em estabelecer ou manter relações de amizade, naturalmente, são menos escolhidos ou abordados pelos amigos e entendem a amizade de forma menos elaborada do que os outros da mesma idade cronológica. Por outro lado, de acordo com Coats (1985), quando o adolescente consegue estabelecer boas relações com o grupo de amigos, geram-se alguns dos requisitos necessários ao bom desenvolvimento, como o autoconceito positivo. Posteriormente, East (1986) acrescenta também, o bom comportamento na escola e o bom desempenho académico

(Sprinthall & Collins, 2003).

Em relação aos processos de influência do grupo de amigos, Deusch e Gerard (1955) distinguem duas formas informalmente e normativamente. Quando os amigos servem de mentores dos modelos comportamentais, atitudes e valores, fala-se em influência informal. Quando os amigos pressionam os adolescentes a aderir aos modelos estabelecidos pelos outros do mesmo meio, fala-se em influência normativa. Por sua vez, estas duas formas de influência, implicam dois processos sociopsicológicos com particular impacto na adolescência: a comparação social e a conformidade. A comparação social, em si, é um processo inócuo, podendo levar a situações positivas, contudo, também pode prejudicar o adolescente. Os resultados são influenciados pelo processo em causa e pelos comportamentos resultantes das comparações sociais que o adolescente faz. Como resultado mais visível da comparação social, surge a conformidade. Ou seja, a adesão aos mesmos comportamentos que os outros demonstram. Todavia, a conformidade pode não derivar da comparação social. Os adolescentes podem aprender a comporta-se de determinada forma, através de reforços positivos ou negativos por parte dos colegas ou adultos que os rodeiam (Sprinthall & Collins, 2003).

Segundo Brown e Klute (2003), as relações com os amigos têm sido estudadas ao nível das amizades e da relação romântica. Os adolescentes reúnem-se normalmente em pequenos grupos, geralmente entre seis a doze elementos, conhecidos por «*cliques*»³, os quais têm como base a amizade e a partilha de atividades e proporcionam contextos de interação. De acordo com Ennett e Bauman (1996), apesar da imagem popular dos adolescentes «*cliquish*», a investigação refere que apenas menos de metade dos adolescentes são membros de «*cliques*» e que estes apresentam alguma flexibilidade. As raparigas tendem a tornar-se mais facilmente membros deste tipo de grupos elitistas do que os rapazes. Os membros do «*clique*» tendem também a ser da mesma idade, raça, nível socioeconómico e, no início da adolescência, do mesmo género. Porém, também podem pertencer a grupos maiores - «*crowds*». Para Brown (2004), «*crowds*» correspondem a grandes grupos de adolescentes que partilham reputações e estereótipos de imagem, como por exemplo, os marrões, os cromos, os

3 Nas ciências sociais a palavra em inglês «*clique*» é utilizada para descrever grupos de 2 a 12 elementos que interagem entre si de forma mais regular e intensa do que outros num mesmo contexto. Embora o conceito seja mais utilizado no estudo da adolescência, pode existir em todas as faixas etárias.

góticos, com os quais podem não passar muito tempo juntos. Estes grupos maiores ajudam o adolescente a ter um lugar na hierarquia social, levam-no a relacionar-se com outros que partilham a mesma reputação e, mais importante, proporcionam o ambiente para o desenvolvimento da identidade (Smetana, Campione-Barr & Metzger, 2006).

Capítulo 3 – Problemas de Comportamento

3. Problemas de Comportamento

Segundo Redlich e Freedman (1966), é quase impossível, diferenciar o adolescente normal do patológico. As alterações físicas e psíquicas são tão gritantes que o limite entre o normal e o patológico é demasiado vago e indeterminado (Weiner, 1995).

De acordo com Offer e Schonert-Reichl (1992), embora seja difícil estabelecer a verdadeira prevalência, estudos epidemiológicos sobre a população em geral indicam que cerca de 15-20% dos adolescentes sofrem de graves perturbações afetivas e/ou do comportamento. Em relação às características específicas de género, os estudos demonstraram algumas diferenças: os rapazes desenvolvem mais facilmente problemas de comportamento tais como, comportamentos de passagem ao ato, abuso de drogas e álcool, enquanto as raparigas são mais propensas a desenvolver problemas afetivos, tais como, mau humor, depressão e ideação suicida (Garnefski, Kraaij & Etten, 2005).

Achenbach e McConaughy (1997) referem, que em finais dos anos 80, início dos 90, as investigações de Achenbach e Edelbrock (1987) e McConaughy, Stanger e Achenbach (1992) distinguem os problemas de comportamento nos adolescentes em duas categorias: *problemas de Internalização e Externalização*. A categoria *problemas de Internalização* diz respeito aos problemas dirigidos para dentro, tais como, alteração do humor, retiro, ansiedade ou depressão. Os *problemas de Externalização* referem-se a problemas direcionados para fora, tais como, distúrbios de comportamento, agressividade, delinquência ou hiperatividade (Garnefski et al., 2005).

Segundo os estudos de Achenbach (1966) confirma-se também a tendência dos rapazes serem mais propensos a desenvolver problemas de externalização e as raparigas serem mais afetadas pelos problemas de internalização (Crocetti, Klimstra, Hale, Koot & Meeus, 2013).

Para além destas diferenças de género, alguns estudos também confirmam uma relação recíproca entre a qualidade da vinculação dos adolescentes aos pais e os problemas de comportamento (Buist, Dekovic, Meeus & Aken, 2004) e, que estes problemas podem coexistir, influenciar-se mutuamente e partilhar as mesmas vulnerabilidades (Lee & Bukoeski, 2012).

Os adolescentes com melhor qualidade de vinculação revelam menos problemas de internalização e vice-versa. Verifica-se também que, independentemente do gênero, quando a relação com os pais é caracterizada por proximidade e confiança, os adolescentes tendem a desenvolver uma boa autoimagem e autoconfiança na sua capacidade de ultrapassar com sucesso os desafios da adolescência. O padrão relacionado com os problemas comportamentais de externalização assemelha-se ao relacionado com os problemas de internalização. Também se constata uma influência inibitória significativa da vinculação parental nos problemas de externalização. Os adolescentes com uma elevada qualidade de vinculação aos pais, mostram menos problemas de comportamento. Quando a relação com os pais é percebida como positiva pelo adolescente, diminui a sua tendência para os comportamentos impulsivos ou transgressão de regras. Pelo contrário, quando o adolescente percebe a sua relação com os pais de forma negativa, caracterizada por alienação, falta de comunicação e confiança, tende a mostrar a sua insatisfação através de comportamentos delinquentes e agressivos. Por sua vez, estes comportamentos têm um efeito negativo na percepção que os adolescentes têm da sua relação com pais (Buist et al., 2004).

Em relação à comorbidade dos problemas de comportamento, nos adolescentes rapazes, níveis iniciais de problemas de internalização predizem o desenvolvimento de problemas de externalização e o inverso também é verdadeiro. Ou seja, nos rapazes, a comorbidade dos problemas de internalização e externalização é recíproca. Contrariamente, nas raparigas, apenas níveis iniciais de problemas de externalização explicam o aparecimento de problemas de internalização (Lee & Bukoeski, 2012).

Os fatores de risco, nomeadamente, o comportamento disruptivo dos pais, como por exemplo, o recurso à violência, a falta de informação acerca do filho e a baixa qualidade de vinculação e a proximidade do adolescente aos amigos delinquentes, assumem um papel relevante para o desenvolvimento dos problemas de comportamento em adolescentes (Lee & Bukoeski, 2012).

A organização da vinculação na adolescência parece estar relacionada com o funcionamento social e, como tal, pode ajudar a explicar a continuidade intergeracional dos problemas de funcionamento, que com frequência surgem na adolescência, nomeadamente, a delinquência e a depressão. Allen, Moore, Kuperminc e Bell (1998) investigaram a relação entre a organização da vinculação e os três principais indicadores do funcionamento

psicossocial nos adolescentes: competência nas relações com os amigos, presença de problemas de internalização, especificamente, ansiedade e depressão e, presença de problemas de externalização, particularmente, agressividade e delinquência. (Allen et al., 1998). Segundo os estudos de Allen e colaboradores (1998) e, mais tarde, Kobak, Sudle e Gumbler (1991), a vinculação nos adolescentes está fortemente correlacionada com o funcionamento psicossocial. Nas suas investigações verificaram, que os adolescentes com problemas de funcionamento psicossocial utilizavam estratégias de vinculação insegura e, que estas surgem associadas a diferentes tipos de problemas (Allen & Land, 1999).

Segundo alguns investigadores, Baumrind (1991), Maccoby e Martin (1983) e O'Connor (2002), a multidimensionalidade parental também revela desempenhar um importante papel na relação entre os cuidados parentais e os problemas de comportamento na adolescência. Existem duas dimensões principais da parentalidade relevantes para os problemas de comportamento dos adolescentes, designadamente o *suporte*, caracterizado pelo envolvimento, vinculação e conforto e o *controlo*, caracterizado pela monitorização, supervisão e disciplina (Reitz, Dekovic & Meijer, 2006).

De acordo com os estudos de Laible, Carlo e Raffaelli (2000), Greenberger, Chen, Tally e Dong (2000) e Anderson e Henry (1994), elevados níveis de vinculação, conforto e laços familiares relacionam-se com baixos níveis de problemas de internalização e externalização. No que toca ao controlo parental, diversos estudos, nomeadamente Barber (1996), Galambos, Barker e Almeida (2003), Pettit, Laird, Dodge, Bates e Criss (2001) e Pomerantz (2001), referem que se divide em dois tipos, controlo comportamental e controlo psicológico. O controlo comportamental diz respeito aos comportamentos parentais que tentam regular, supervisionar e gerir o comportamento do adolescente. O controlo psicológico, refere-se às tentativas de controlo que mantêm o adolescente emocionalmente dependente dos pais pela intromissão e interferência no desenvolvimento da independência ou autonomia do adolescente (Reitz, Dekovic & Meijer, 2006).

3.1. Problemas de Internalização

Os problemas de internalização abarcam a ansiedade, a depressão e a somatização e aproximam-se ou preenchem os critérios de diagnóstico das Perturbações de Humor e Perturbações de Ansiedade (Pereira, 2009). Como o próprio nome indica dizem respeito a problemas internos e, como tal, são de difícil acessibilidade.

De acordo com Cumings e Cicchetti (1990), Kobak, Sudler e Gumbler (1991), os problemas de internalização, tais como a ansiedade e a depressão, podem, como anteriormente referido, ter origem num padrão de vinculação inseguro (Allen et al., 1998), mas segundo Susman, Dorn, Inoff-Germain, Nottelman e Chrousos (1997), também surgem normalmente associados a uma afetividade negativa e, conseqüentemente, os adolescentes tendem a entrar facilmente em sofrimento (Pace & Zapulla, 2011).

O padrão de vinculação inseguro pode refletir crenças negativas, de que os outros são incapazes de satisfazer as suas necessidades de vinculação ou considera que não tem valor se os outros atenderem às suas necessidades vinculativas. Estas crenças surgem, também, em paralelo com uma baixa autoestima e estilos dedutivos negativos, que por sua vez, se associam à depressão. Da mesma forma, Bowlby (1973) acrescenta que alguns tipos de ansiedade, como por exemplo a ansiedade de separação, também parecem ter origem nas percepções negativas referentes à disponibilidade do cuidador e associadas a um padrão de vinculação inseguro.

O desenvolvimento da ansiedade é vista por Barlow (2000), através do seu *modelo da tripla vulnerabilidade*, como o produto da interação entre três formas de predisposições:

- a) *Vulnerabilidades Biológicas*, que resultam das características genéticas;
- b) *Vulnerabilidade Psicológica Generalizada*, que resulta do *sentido de controlo dos acontecimentos de vida e dos estilos educativos parentais*;
- c) *Vulnerabilidade Psicológica Específica*, que resulta do *condicionamento vicariante e da transmissão de informação*.

Segundo este autor, a vulnerabilidade biológica em conjunto com a vulnerabilidade psicológica generalizada, são suficientes para o desenvolvimento da ansiedade e a depressão. Porém, quando a vulnerabilidade psicológica específica também está presente, poderão

desenvolver-se problemas de ansiedade específica. Ou seja, esta terceira predisposição, pela aprendizagem do medo em relação a um determinado estímulo, direciona a criança para um foco específico ansiogéneo (Pereira, 2009).

De acordo com a teoria desenvolvimentista da depressão de Hammen e Rudolph (2003), os estilos parentais, influenciam as crenças acerca de si próprio, dos outros, bem como as expectativas acerca das relações com os outros. Estes autores especificam que os estilos parentais de insensibilidade ou rejeição, levam a que os filhos pensem que são incompetentes ou que não merecem afetos, acreditam que os outros são hostis e insensíveis e esperam desenvolver relações aversivas e imprevisíveis com os outros. As cognições negativas e os distúrbios nas relações boicotam, portanto, o desenvolvimento das competências de gestão emocional e de autocontrolo. Este conjunto de dificuldades, *per se*, podem levar à depressão, pelas consequências da falta de assertividade e das estratégias adaptativas, especialmente em situações de *stress*. Este modelo alerta também para o impacto da depressão no desenvolvimento. A depressão infantil pode impossibilitar o desenvolvimento de competências que dificilmente poderão ser adquiridas *a posteriori* e a construção prematura de crenças negativas diminui as hipóteses de inclusão de informação disconfirmatória (Pereira, 2009).

Segundo Thompson (1991), os fatores cognitivos específicos que se mostram particularmente relevantes na psicopatologia associada aos problemas de Internalização são, as estratégias cognitivas de regulação emocional que os adolescentes utilizam na experiência de acontecimentos negativos. As características importantes do pensamento que surgem na adolescência, tais como, o raciocínio hipotético e abstrato e a capacidade de monitorizar a sua atividade cognitiva durante o processo de pensamento, são bastante relevantes para a capacidade de gestão emocional, mantendo o controlo das emoções e não ficar sufocado por elas, por exemplo, durante ou depois de uma experiência ameaçadora ou acontecimentos stressantes. Apesar do desenvolvimento da capacidade de pensamento e regulação emocional através dos pensamentos e cognições ser transversal nos adolescentes, existem grandes diferenças individuais na quantidade de atividade cognitiva e no conteúdo dos pensamentos, através dos quais, regulam as suas emoções em resposta às experiências de vida, acontecimentos e stressores (Garnefski et al., 2005).

Na especificidade da relação entre as estratégias cognitivas de regulação emocional e

os problemas de internalização, Garnefski e colaboradores (2005) identificaram elevados níveis de culpabilidade, ruminação e falta de reavaliação positiva.

Estas perceções negativas também se relacionam com a capacidade de satisfação das necessidades de vinculação e moderam a relação entre a insegurança e os problemas de internalização (Allen et al., 1998).

Allen, Kuperminc e Moore (1998), Dozier e Lee (1995) e Kobak e Cole (1994) referem que um dos tipos de padrão inseguro, o padrão ansioso em relação às experiências e comportamentos de vinculação pode aumentar a manifestação dos sintomas de internalização, porque a evidência destes sintomas servem, eles próprios, de comportamentos de vinculação. Como se fossem um alerta, um pedido de ajuda. Segundo Rosenstein e Horowitz (1996), num estudo com adolescentes internados na psiquiatria, o padrão ansioso surge mais fortemente associado às perturbações afetivas do que outros tipos de padrão inseguro. Outro estudo, de Kobak, Sudler e Gamble (1991), com adolescentes que padeciam de elevados níveis de depressão, refere que os padrões inseguros e ansiosos de vinculação também são evidentes nos adolescentes mais depressivos (Allen et al., 1998).

Segundo Jewell e Stark (2003), as famílias de adolescentes diagnosticados com perturbações depressivas tendem a apresentar-se confusas, revelando proximidades desadequadas, nas quais as relações de dependência e sentimentos de culpa são favorecidos e onde a pressão para a conformidade e a perpetuação de relações emaranhadas são incentivadas. Nestas famílias, dadas a intrigas, as interações impossibilitam o desenvolvimento da autonomia, a qual é vista como ameaça à qualidade das relações de vinculação e, conseqüentemente associam-se a uma vinculação insegura (Machado, Fonseca & Queiroz, 2008).

De acordo com um estudo longitudinal, que seguiu cerca de 400 adolescentes portugueses, confirma-se o impacto da qualidade de vinculação do adolescente aos pais no desenvolvimento de problemas de internalização. As dimensões *alienação* – ideia de que os pais não se preocupam consigo – e *comunicação* – extensão da comunicação falada – da qualidade de vinculação mostram-se mais significativas nos indivíduos mais novos, com idades compreendidas entre os 14-15 anos. Nos adolescentes mais velhos, com idades entre os 17-18 anos, apesar de, também, demonstrarem níveis significativamente baixos de *comunicação* e problemas de internalização, os níveis da dimensão *alienação* apresentam-se

ainda mais elevados. Conclui-se, que quando o adolescente se sente *ignorado* ou *rejeitado* pelos pais pode desenvolver problemas de internalização (Machado et al., 2008).

3.2. Problemas de Externalização

De acordo com Fergusson (1998) os problemas de externalização correspondem aos distúrbios de maior relevância no período da adolescência. Mesman e Koot (2000) e, posteriormente, Mesman, Bongers e Koot (2001) referem, que são os que padecem deste tipo de problemas que procuram mais os serviços de saúde. Os problemas de externalização surgem normalmente associados a comportamentos oposicionais, conduta agressiva e também a sintomas de hiperatividade. Em termos de patologia podem aproximar-se ou preencher os critérios de diagnóstico da Perturbação do Comportamento, Perturbação de Oposição e da Perturbação de Hiperatividade com Défice de Atenção (Pereira, 2009).

Segundo Allen e colaboradores (1998), Greenberg e Speltz (1988), Patterson, DeBaryshe e Ramsey (1989), os problemas de externalização, como o comportamento agressivo e o comportamento delinvente, na adolescência, como mencionado no início deste capítulo, parecem relacionar-se com o padrão de vinculação. O padrão de vinculação inseguro também pode estar na base dos problemas de externalização, causando raiva e hostilidade dirigida aos pais, para reduzir os seus mecanismos de controlo e a sua insistência num comportamento desejado (Allen et al., 1998).

De acordo com a perspectiva de Osgood e colaboradores (1996) e a teoria do controlo social, os indivíduos que não tenham fortes laços sociais, principalmente com a família, tendem a desviar e a revelar problemas de comportamento de externalização. A partir desta abordagem, Hawdon (1996), considera que os problemas de externalização podem provir de uma fraca qualidade de vinculação ao grupo social, ao qual o adolescente pertence (Pace & Zappula, 2011).

Gottfredson e Hirschi (1990) consideram, que diferentes tipos de vinculação insegura podem relacionar-se de forma diferente com os problemas de externalização. Algumas teorias sobre adolescência e criminalidade no adulto referem, que a criminalidade reflete alienação e desvalorização das relações sociais e regras da sociedade, as quais se assemelham a um

padrão de vinculação inseguro de *evitamento*, caracterizado pela não atribuição de importância à relação de vinculação (Allen et al., 1998).

Para Allen e Land (1999) o comportamento delinquente também pode ser visto como uma forma de comunicação primitiva, com as figuras de vinculação, de um pedido de ajuda. Nos estudos de Rosenstein e Horowitz (1996), o padrão de *evitamento* surge mais fortemente associado aos problemas de conduta do que o padrão *ansioso*, numa amostra de adolescentes hospitalizados com padrões de vinculação inseguros (Allen et al., 1998).

Segundo Cohen e Strayer (1996), Bowlby (1979) acrescenta ainda, que a separação precoce ou ausência das figuras de vinculação podem predispor o desenvolvimento de uma frieza emocional, diminuição da afetividade ou ausência de empatia na idade adulta. Emergindo precocemente no desenvolvimento, a empatia tem sido descrita como uma característica afetiva base que permite às pessoas compreender e partilhar as emoções dos outros (Pèrez, 2009).

De acordo com os estudos de Weinshenker e Siegel (2002), existem dois tipos de agressividade distintos, a agressividade reativa, associada à hostilidade, e a agressividade instrumental, associada à premeditação. A agressividade reativa é definida como sendo impulsiva, não planeada, conduzida pela elevação de um estado emocional, como resposta a uma possível provocação. A agressividade instrumental é proativa, planeada, corresponde a um comportamento propositado com um objetivo definido, caracteriza-se pela ausência de emoção e, como tal, considera-se um fator de risco para o comportamento agressivo. Contrariamente, a presença de empatia está associada ao comportamento pró-social (Pèrez, 2009).

Segundo Erikson (1950, 1968), a formação da identidade é a mais importante tarefa no desenvolvimento da adolescência e, como tal, representa um grande desafio. O estudo longitudinal de Crocetti e colaboradores (2013) sobre o impacto dos problemas de externalização no desenvolvimento da identidade conclui, que os adolescentes com elevados sintomas de externalização revelaram maior dificuldade em desenvolver uma identidade sólida. E alerta, que os problemas comportamentais de externalização juntamente com uma identidade incoerente podem reforçar-se mutuamente numa espiral negativa (Crocetti, et al., 2013).

O modelo desenvolvimentista de Moffitt (1993), sobre o comportamento antissocial,

traça dois percursos distintos relativamente à sua evolução. Primeiramente distingue o «comportamento antissocial persistente ao longo da vida» do «comportamento antissocial limitado à adolescência». De acordo com esta teoria os indivíduos que se encaixam na categoria comportamento antissocial persistente ao longo da vida, demonstram fragilidades durante a infância e problemas de comportamento, o comportamento antissocial prolonga-se durante a adolescência, evoluindo para um quadro clínico psicopatológico e para a criminalidade na adultícia. Por outro lado, os adolescentes que se encaixam na categoria comportamento antissocial limitado à adolescência, têm uma infância sem problemas de comportamento, os quais se manifestam pela primeira vez durante a adolescência e na idade adulta mostram comportamentos normais. Em segundo lugar, este autor identifica os «processos transacionais» associados a cada um destes percursos. Quando o comportamento antissocial é persistente ao longo da vida, precede uma infância difícil. A criança apresenta um temperamento complicado, a comunicação entre a criança e os principais cuidadores é ineficaz, a criança não desenvolve competências sociais e, como tal, dificulta o seu desenvolvimento através das consequências negativas das atitudes antissociais. Contrariamente, quando o comportamento antissocial é limitado à adolescência, verificam-se comportamentos comuns de rebeldia, provocados pela discrepância entre a idade física e a idade mental e, quando adulto consegue ser aceite na sociedade (Pereira, 2009).

Os resultados do estudo de Tambelli, Laghi, Odorisio e Notari (2012), com adolescentes italianos, confirmam, como anteriormente Farrington (2005), o grande impacto dos diferentes aspetos do contexto familiar – padrões parentais associados a atitudes cruéis, negligentes e uma disciplina exagerada – na manifestação dos problemas de externalização. Segundo Trentacosta e Shaw (2008), também a rejeição parental durante a primeira infância pode ajudar a prever o aparecimento de problemas de externalização na adolescência (Tambelli et al., 2012).

3.3. Adolescência, problemas de comportamento e vinculação: dados empíricos

Na abordagem dos problemas de internalização e externalização destacam-se alguns aspetos. Em primeiro lugar, salientam-se as alterações comportamentais e cognitivas. Em segundo lugar, as consequências para o desenvolvimento ao nível dos problemas emocionais e comportamentais. Por último, a multiplicidade de fatores inerentes e transitórios associados ao desenvolvimento de quadros patológicos (Pereira, 2009).

Os resultados dos estudos de Armsden e Greenberg (1987), que investigaram a associação entre a qualidade da vinculação e a autoestima, satisfação com a vida e o estado afetivo, demonstraram, que a qualidade da vinculação aos pais e aos amigos está relacionada com o bem-estar psíquico dos adolescentes. Também revelaram, que os adolescentes com níveis mais elevados de vinculação segura, reportaram uma melhor satisfação com eles próprios, uma maior probabilidade de procurar suporte social e menos reações sintomáticas aos acontecimentos de vida que causam pressão e tensão.

Os investigadores Garnefski, Kraaij e Etten (2005), exploraram as estratégias cognitivas na regulação emocional e a sua relação com os problemas de internalização e externalização. Os resultados mostraram, que os adolescentes com problemas de internalização pontuaram valores mais elevados nas estratégias cognitivas de regulação emocional – culpa e ruminação – do que os indivíduos com problemas de externalização. Os dados obtidos sugerem ainda, que os problemas de externalização se relacionam com estratégias de evitamento.

Um estudo sobre os efeitos a longo prazo do divórcio nas relações entre pais e filhos revelou, que existem diferenças notórias nas perceções das relações «pais-filhos» entre as crianças com famílias «intactas» e as crianças com famílias que experienciaram o divórcio há sete anos ou mais. Os resultados demonstraram, que a relação entre pais e filhos de famílias divorciadas é percebida pelas crianças, como menos positiva, mais distante, com uma comunicação mais pobre e com menos afeto do que a relação entre pais e filhos de famílias «intactas». Verifica-se, portanto, uma degradação na qualidade da relação entre pais e filhos depois do divórcio (Fine, Moreland e Schwebel, 1983).

Segundo os estudos de Sokol-Katz, Dunham e Zimmerman (1997), não foi encontrado um efeito direto entre a estrutura familiar e o comportamento desviante, mas verificou-se uma relação direta entre a vinculação familiar e o comportamento desviante. Mais especificamente, os resultados revelaram, que a vinculação aos pais tem um efeito direto no cumprimento da lei, que por sua vez, tem também um efeito no desenvolvimento de comportamentos desviantes.

Recentemente, um estudo português, desenvolvido por Geraldês, Soares e Martins (2013), investigou as relações entre cônjuges, entre pais e filhos adolescentes e entre irmãos e, verificou-se que quando os pais têm um estilo de vinculação seguro, há uma maior predisposição para os seus filhos desenvolverem também um estilo de vinculação seguro. Esta investigação, encontrou também uma relação entre o tipo de vinculação dos irmãos, a qual, confirma a teoria de Stevenson-Hinde (1990), que parte do pressuposto de que as diferentes relações de díade numa família exercem e sofrem influência reciprocamente, proporcionando uma «base segura» do domínio de todos os elementos familiares. De acordo com outros estudos, nomeadamente, Kiang e Furman, (2007) e van Ijzendoorn e colaboradores (2000), confirma-se também que há, de fato, uma conformidade entre o tipo de vinculação entre irmãos (Geraldês, Soares & Martins, 2013).

Segundo Allen e colaboradores (1998), os adolescentes com experiências de vinculação que refletiam equilíbrio, perspectiva, autonomia e conhecimento acerca da relevância da vinculação, revelaram uma melhor aceitação por parte dos amigos e uma menor propensão para desenvolverem sintomas de internalização ou manifestar problemas de externalização e delinquência.

Num estudo desenvolvido por Laible, Carlo e Raffaelli (2000), foram exploradas as relações entre a vinculação aos pais e aos amigos e o ajustamento em adolescentes. Os resultados revelaram, que os adolescentes com níveis elevados de vinculação aos pais e aos amigos demonstravam também um melhor ajustamento, com um menor índice de agressividade e depressividade e mais empatia. Pelo contrário, os indivíduos que obtiveram valores mais baixos de vinculação aos pais e aos amigos, evidenciaram um pior ajustamento. Os dados obtidos, revelaram ainda, que os adolescentes com valores mais elevados de vinculação aos amigos, mas com valores mais baixos de vinculação aos pais demonstraram um melhor ajustamento do que os que pontuaram valores mais elevados de vinculação aos

pais, mas com valores mais baixos de vinculação aos amigos. Estes resultados sugerem, que a vinculação aos amigos pode ter uma influencia maior no ajustamento dos adolescentes do que a vinculação aos pais.

Buist e colaboradores (2004) desenvolveram um estudo longitudinal, ao longo de três anos, no qual exploraram a relação recíproca entre a vinculação aos pais e os problemas de internalização e externalização. Os resultados revelaram, que a vinculação e os indicadores de problemas de comportamento se mantêm estáveis ao longo do tempo. Foram também encontrados efeitos recíprocos negativos entre a vinculação e os problemas de internalização e entre a vinculação e os problemas de externalização.

Broberg e colaboradores (2001), estudaram os problemas de comportamento e problemas emocionais em adolescente. Os resultados revelaram, que as raparigas pontuaram níveis mais elevados de problemas do que os rapazes e, que os adolescentes entre os 15 e os 16 anos de idade evidenciaram índices superiores de problemas do que os adolescentes mais novos e mais velhos. Foram ainda encontradas correlações moderadamente positivas entre os problemas de internalização e externalização.

Roussos e colaboradores (2001), também investigaram os problemas de comportamento em adolescentes e, à semelhança do estudo anterior, também encontraram diferenças significativas ao nível do género e da idade. As raparigas revelaram uma tendência maior para manifestar problemas de internalização e os rapazes, uma tendência maior para manifestar problemas de externalização. Os adolescentes mais velhos demonstraram mais problemas particularmente do tipo delinquente. Foram ainda encontradas correlações moderadamente positivas entre os problemas de internalização e externalização.

Sandoval, Lemos e Vallejo (2006), no seu estudo, também encontraram diferenças de género na manifestação de problemas de comportamento em adolescentes. Os rapazes pontuaram valores mais elevados de problemas de externalização do que as raparigas, enquanto que as raparigas pontuaram valores mais elevados de problemas de internalização do que os rapazes. Verificou-se também uma tendência para os problemas de comportamento aumentarem com a idade e, as competências sociais parecem ser um fator protetor contra os problemas de comportamento.

De acordo com outro estudo empírico realizado em Portugal, sobre problemas de comportamento na adolescência, os resultados demonstraram, que a maioria dos adolescentes

que evidenciavam problemas de comportamento e problemas emocionais revelaram um padrão de vinculação inseguro, quando comparados com indivíduos sem problemáticas identificadas. Foi também encontrada uma relação entre o padrão de vinculação inseguro e alguns distúrbios. Nomeadamente, os distúrbios do comportamento relacionaram-se com o padrão de vinculação do tipo «evitante/desligado» e, os distúrbios emocionais relacionaram-se com o padrão de vinculação do tipo «preocupado/emaranhado/ambivalente». Também se encontraram diferenças em relação à sintomatologia ansiosa e depressiva, revelada ao nível dos pensamentos automáticos negativos e dos medos, onde os adolescentes com um padrão de vinculação inseguro pontuaram valores mais elevados. Em relação ao processamento de informação, foram ainda encontradas diferenças relevantes. Os adolescentes com um padrão de vinculação do tipo «evitante/desligado» revelaram um desvio na atenção aos estímulos emocionais negativos e, os adolescentes com um padrão de vinculação do tipo «preocupado/emaranhado/ambivalente» demoravam mais tempo a reconhecer e completar palavras com carga emocional negativa (Carvalho, 2007).

Capítulo 4 - Metodologia

4. Metodologia

4.1. Questões de Investigação, Objetivo e Hipóteses

O objetivo principal deste estudo foi analisar em que medida a qualidade de vinculação aos pais e aos amigos está relacionada com os problemas de comportamento nos adolescentes, bem como a análise de algumas variáveis demográficas. Era esperado que:

1. Os adolescentes com um padrão de vinculação insegura apresentassem mais problemas de comportamento, em comparação com os adolescentes com um padrão de vinculação segura;
2. Os adolescentes com um padrão de vinculação segura apresentassem menos problemas de comportamento, em comparação com os adolescentes com um padrão de vinculação insegura.

4.2. Participantes

A amostra deste estudo foi recolhida no Agrupamento de Escolas Amato Lusitano de Castelo Branco, nomeadamente a turmas do 3º Ciclo do Ensino Básico da Escola Básica do 2º e 3º Ciclo João Roiz e Ensino Secundário da Escola Secundária Amato Lusitano, com aplicação do protocolo de avaliação a uma turma de cada ano de escolaridade, designadamente, 7º, 8º, 9º, 10º, 11º e 12º ano (ver Anexo 4).

A dimensão amostral foi constituída por 142 alunos, 67 rapazes e 75 raparigas, com idades compreendidas entre os 12 e os 18 anos. A idade média da totalidade desta amostra foi de 14.89 (DP=1.95), ($t(1)=.179$; $p>.05$), (ver Tabela 1).

Em relação ao nível de escolaridade verificou-se, que o número de alunos do sexo feminino no 7º (N=15), 8º (N=14), 10º (N=13) e 12º ano (N=20) foi superior ao sexo masculino (N=14, N=9, N=13 e N=20, respetivamente), ($X^2(5)=2.364$; $p>.05$). O mesmo não se verificou para as turmas do 9º e 11º ano, ou seja, sexo masculino (N=9) e sexo feminino (N=7 e N=6 respetivamente).

No agregado familiar, o sexo feminino revelou maior número de alunos que vivem

com ambos os pais ou ambos os pais e avó(s) ou outro(s) (N=61), do que o sexo masculino (N=55). O mesmo se verificou para quem vive com a mãe ou mãe e padrasto ou mãe e avó(s) e/ou outro(s), ou seja, sexo feminino (N=13) e sexo masculino (N=10). Contudo, para quem vive com o pai ou pai e outro(s), o sexo masculino mostrou maior número de alunos (N=2) do que o sexo feminino (N=1).

Relativamente à existência de irmãos, o sexo feminino (N=60) demonstrou maior número de alunos do que o sexo masculino (N=51). Contudo, para quem não tem irmãos, o sexo masculino (N=16) revelou maior número de alunos do que o sexo feminino (N=15).

Em relação ao número de irmãos verificou-se, que para quem tem um irmão, o sexo feminino (N=54) apresentou maior número de alunos do que o sexo masculino (N=41). O mesmo sucede para quem tem quatro irmãos (N=1), onde apenas o sexo feminino apresentou alunos. No entanto, para os alunos que têm dois irmãos o sexo masculino (N=7) apresentou maior relevância do que o sexo feminino (N=2). No que concerne aos alunos que têm três irmãos, tanto o sexo masculino como o feminino revelaram o mesmo número de alunos (N=3).

No que concerne à posição na fratria, o sexo feminino (N=28) revelou maior número de alunos para a posição de irmão mais velho do que o sexo masculino (N=20). O mesmo se verificou para a posição de mais novo, ou seja, sexo feminino (N=28) e sexo masculino (N=26). Para a posição do meio, não se evidenciaram diferenças de género, isto é, tanto o sexo masculino como o feminino revelaram N=4 (ver Tabela 1).

Tabela 1 – Características sociodemográficas da amostra

	Rapazes (N=67)		Raparigas (N=75)		χ^2
	N	%	N	%	
Nível de escolaridade					2.364
7º Ano	14	9.9	15	10.6	
8º Ano	9	6.3	14	9.9	
9º Ano	9	6.3	7	4.9	
10º Ano	10	7.0	13	9.2	
11º Ano	9	6.3	6	10.6	
12º Ano	16	11.3	20	14.1	
Agregado familiar					.586
Pais, pais e avó(s) e/ou outro(s)	55	38.7	61	43.0	
Mãe, mãe e padrasto, mãe e avó(s) e/ou outro(s)	10	7.0	13	9.2	
Pai, pai e outro(s)	2	1.4	1	0.7	
Irmãos					.312
Sim	51	35.9	60	42.3	
Não	16	11.3	15	10.6	
Número de irmãos					4.859
1	41	36.9	54	48.6	
2	7	6.3	2	1.8	
3	3	2.7	3	2.7	
4	.0	.0	1	0.9	
Posição na fratria					.502
Mais velho	20	18.2	28	25.5	
Do meio	4	3.6	4	3.6	
Mais novo	26	23.6	28	25.5	
Idade	M=14.89		DP=1.95		
Amostra total (N=142)	Rapazes (N=67)		Raparigas (N=75)		
	M	DP	M	DP	t
	14.93	1.86	14.87	2.03	.179

De acordo com a profissão da mãe verificou-se, que a categoria profissional de especialista de profissão intelectual e científica teve maior número total de alunos (N=50) do que as restantes categorias profissionais, nomeadamente quadro superior da administração pública (N=7), técnica e profissional de nível intermédio (N=13), administrativa e similar (N=12), serviços e vendedora (N=23), operária, artífice e trabalhadora similar (N=6), trabalhadora não qualificada (N=9), reformada (N=1), desempregada (N=6), doméstica (N=2).

O mesmo acontece com a profissão do pai, ou seja, também a categoria de especialista de profissão intelectual e científica revelou valores mais elevados (N=37) do que as demais, nomeadamente quadro superior da administração pública (N=10), técnico e profissional de nível intermédio (N=17), administrativo e similar (N=3), serviços e vendedor (N=19), operário, artífice e trabalhador similar (N=22), operador de instalações e máquinas e trabalhador da montagem (N=8), reformado (N=3), desempregada (N=6).

No que remete para a escolaridade da mãe, as que têm o ensino secundário (N=35) completo revelaram um maior número total de alunos do que as mães com outros graus académicos, nomeadamente 1º ciclo (N=7), 2º ciclo (N=8), 3º ciclo (N=20), 11º ano (N=2), curso profissional (N=1), licenciatura (N=33), mestrado (N=22) e doutoramento (N=1).

Em relação à distribuição dos alunos, tendo em conta o grau de escolaridade do pai, também se verificou um maior número total de alunos na categoria pai com ensino secundário completo (N=37) do que os pais com outros níveis de escolaridade, nomeadamente 1º ciclo (N=10), 2º ciclo (N=5), 3º ciclo (N=33), 11º ano (N=2), bacharelato (N=5), licenciatura (N=26), mestrado (N=9) e doutoramento (N=2).

4.3. Medidas

O protocolo deste estudo foi composto, em primeiro lugar, por um questionário de dados sociodemográficos, com perguntas de caracterização da amostra: género, idade, ano de escolaridade, agregado familiar, profissão e escolaridade dos pais. Em segundo lugar, constou o Inventory of Parent and Peer Attachment (IPPA), versão original de Armsden e Greenberg (1987), adaptação portuguesa de Neves, Soares e Silva (1999), que mede a qualidade de vinculação dos adolescentes aos pais e aos amigos. A última parte, foi constituída pelo *Youth Self Report* (YSR) de Achenbach (1991), que avalia o comportamento.

4.3.1. Inventory of Parent and Peer Attachment – Vinculação

O *Inventory of Parent and Peer Attachment* foi desenvolvido e revisto por Armsden e Greenberg (1987), a partir da versão original – *Inventory of Adolescent Attachment* (IAA) de Greenberg (1982). Esta medida, tem como base teórica a teoria da vinculação de Bowlby e, pretende aceder às perceções positivas e negativas da dimensão afetiva e cognitiva das relações dos adolescentes com os seus pais e amigos próximos – especificamente qual o contributo destas figuras como suporte da segurança psicológica.

O instrumento é um questionário de autorresposta com uma escala tipo Likert que varia entre um e cinco. A versão original é composta por 28 itens relativos aos pais e 25 itens relativos aos amigos. A versão revista é composta por um total de 75 itens, distribuídos equitativamente por três escalas, nomeadamente, vinculação à mãe, vinculação ao pai e vinculação aos amigos. Por sua vez, os 25 itens de cada escala, distribuem-se por 3 subescalas, designadamente, confiança, comunicação e alienação.

O IPPA é cotado de forma invertida para os itens negativos correspondentes às questões negativas, posteriormente é feito o somatório dos valores de resposta em cada seção.

Para o seu desenvolvimento foram utilizadas amostras com idades compreendidas entre os 16 e os 20 anos de idade, contudo o IPPA tem sido utilizado com sucesso em muitos estudos com adolescentes a partir dos 12 anos de idade inclusive.

Em relação à fidelidade da versão revista do questionário, a consistência interna de

cada escala, calculada pelo coeficiente de alfa de Cronbach, varia entre 0.87 e 0.92 para a vinculação à mãe, ao pai e aos amigos. Na versão portuguesa, a análise da consistência interna das escalas também revela coeficientes de alfa de Cronbach elevados, variando entre 0.92 e 0.95. Verifica-se, portanto, uma boa consistência interna nas três escalas. De acordo com Neves (1999), relativamente à validade, os coeficientes de correlação entre os itens relativos à mesma escala são elevados, embora se verifique uma correlação moderada entre alguns itens em relação às escalas correspondentes à mãe e ao pai (Neves, Soares & Silva, 1999).

Neste estudo utilizou-se a adaptação portuguesa de Neves, Soares e Silva (1999) e obteve-se um alfa de Cronbach de 0.86.

4.3.2. Youth Self Report – Problemas de Comportamento

O *Youth Self Report* é um questionário de autorresposta que tem por objetivo obter informação, em formato estandardizado, acerca das competências e problemas de comportamento dos adolescentes, com idades entre os 11 e os 18 anos de idade.

A primeira versão deste questionário tem como autores Achenbach e Edelbrock (1987) e a distribuição dos itens não era igual para os rapazes e para as raparigas. A versão mais recente de Achenbach (1991), já contempla o mesmo número de escalas tanto para rapazes como para raparigas.

Está organizado em duas partes, mas para esta investigação apenas a segunda parte será contemplada.

A primeira diz respeito às competências, atividades e interesses sociais e fornece três índices, nomeadamente, Índice de Atividade, Índice Social e um Índice Total de Competências.

A segunda está relacionada com os problemas de comportamento e diferencia oito escalas de síndromes, nomeadamente, Retraimento, Queixas Somáticas, Ansiedade/Depressão, Problemas Sociais, Problemas de Pensamento, Problemas de Atenção, Comportamento Delinvente e Comportamento Agressivo. Uma escala adicional, Autodestruição/Problemas de Identidade, pode ser considerada apenas para os rapazes.

Por sua vez, estas escalas são agrupadas em duas escalas, de Internalização e de Externalização e um Índice Total de Problemas. A escala de Internalização consiste no

somatório das pontuações das escalas Retraimento, Queixas Somáticas e Ansiedade/Depressão. A escala de Externalização consiste no somatório das pontuações das escalas Comportamento Delinvente e Comportamento Agressivo. As escalas Problemas Sociais, Problemas de Pensamento e Problemas de Atenção não são incluídas quer na escala de Internalização ou na escala de Externalização, mas são incluídas no Índice Total de Problemas que inclui todas as oito escalas de síndromes.

As escalas relativas às oito síndromes, bem como as escalas de Internalização e Externalização e o Índice Total de Problemas são formadas por 119 itens com frases que descrevem comportamentos, cotados de 0 (não é verdade nos últimos 6 meses) a 2 (é verdade ou frequentemente verdade nos últimos 6 meses).

Em relação à fidelidade e validade, este questionário demonstra boas qualidades, apesar de se verificar, que a estrutura fatorial da versão portuguesa não coincide na totalidade com a estrutura fatorial original. A consistência interna de cada escala, calculada pelo coeficiente de alfa de Cronbach, varia entre 0.41 e 0.81. Com exceção das escalas Problemas Sociais e Isolamento, os alfas de Cronbach são todos satisfatórios. Salienta-se, que os dois alfas especialmente baixos, são superiores a 0.30. Relativamente à validade teste reteste, o seu valor é de 0.83 para o Índice Total de Problemas. As correlações são também elevadas para as escalas de Internalização e Externalização, oscilando entre 0.78 e 0.91 (Fonseca & Monteiro, 1999).

Neste estudo utilizou-se a versão portuguesa de Fonseca e Monteiro (1999), que revelou um alfa de Cronbach de 0.91.

4.4. Procedimento

A recolha de dados foi realizada no Agrupamento de Escolas Amato Lusitano de Castelo Branco, especificamente na Escola Básica do 2º e 3º Ciclo João Roiz e Escola Secundária Amato Lusitano.

Através de contatos informais foi apresentado, ao Sr. Presidente da Comissão Administrativa Provisória (CAP) do Agrupamento de Escolas acima referido, o objetivo da investigação, bem como o compromisso de, no fim, facultar os resultados deste estudo.

Por sugestão do Sr. Presidente do CAP, o protocolo foi aplicado, pelos Diretores de Turma (DT), a alunos do 3º Ciclo do Ensino Básico da Escola Básica do 2º e 3º Ciclo João Roiz e a alunos do Ensino Secundário da Escola Secundária Amato Lusitano.

Posteriormente, formalizou-se através da elaboração e entrega dos Consentimentos Informados aos Diretores dos Conselhos Executivos das Escolas (ver Anexos 1 e 2) e aos Encarregados de Educação dos participantes (ver Anexo 3), bem como a entrega dos protocolos de investigação que foram aplicados pelos DT(s) na aula de formação cívica. Com os Consentimentos Informados, os adolescentes que entenderam participar nesta investigação procederam ao preenchimento do protocolo, composto por uma primeira parte de dados sociodemográficos seguida dos instrumentos de avaliação: IPPA e YSR.

Após a recolha da amostra, os dados foram inseridos e posteriormente tratados e analisados através do SPSS, versão 21.

5. Resultados

Relativamente à vinculação, no que diz respeito à mãe, as raparigas apresentaram, em média, valores mais elevados na totalidade da vinculação ($M=105.33$; $DP=13.98$) e nas dimensões comunicação ($M=36.30$; $DP=6.43$) e alienação ($M=25.21$; $DP=3.75$). Os rapazes revelaram em média valores superiores apenas na dimensão confiança ($M=43.27$; $DP=5.28$). No entanto verificou-se, que estas diferenças não foram estatisticamente significativas (ver Tabela 2).

Em relação à vinculação ao pai, os rapazes apresentaram, em média, valores mais elevados na totalidade da vinculação ($M=98.98$; $DP=15.13$) e em todas as dimensões, nomeadamente na confiança ($M=42.16$; $DP=5.41$), comunicação ($M=32.27$; $DP=7.42$) e alienação ($M=24.58$; $DP=4.07$). Contudo constata-se, que estas diferenças, também, não foram estatisticamente significativas.

Tabela 2 – Vinculação segundo o género

Vinculação	Rapazes (n=67)		Raparigas (n=75)		t
	M	DP	M	DP	
Mãe					
Confiança	43.27	5.28	43.10	5.34	.185
Comunicação	34.41	7.06	36.30	6.43	1.582
Alienação	25.10	3.31	25.21	3.75	.176
Total	102.74	14.16	105.33	13.98	1.015
Pai					
Confiança	42.16	5.41	40.86	7.61	1.149
Comunicação	32.27	7.42	31.56	9.48	.484
Alienação	24.58	4.07	23.44	5.39	1.349
Total	98.98	15.13	96.02	21.05	.907
Amigos					
Confiança	41.02	6.71	44.38	5.82	3.102**
Comunicação	28.77	5.96	34.20	5.21	5.711***
Alienação	26.83	3.60	27.61	3.33	1.309
Total	96.48	14.07	106.78	11.81	4.478***

Nota: ** $p \leq .01$ e *** $p \leq .001$.

Através da Tabela 2, verifica-se também que, em relação à vinculação aos amigos, as raparigas apresentaram, em média, valores mais elevados na totalidade da vinculação ($M=106.78$; $DP=11.81$) e em todas as dimensões, nomeadamente na confiança ($M=44.38$; $DP=5.82$), comunicação ($M=34.20$; $DP=5.21$) e alienação ($M=27.61$; $DP=3.33$). Verificaram-se diferenças estatisticamente significativas nas dimensões confiança ($t(134)=3.102$; $p \leq .01$), comunicação ($t(138)=5.711$; $p \leq .001$) e na vinculação total aos amigos ($t(127)=4.478$; $p \leq .001$).

Nos problemas de comportamento, o género masculino revelou, em média, valores superiores em três dimensões, nomeadamente, nas dimensões problemas de atenção ($M=5.66$; $DP=2.37$), comportamento delinquente ($M=5.57$; $DP=4.57$) e externalização ($M=10.02$; $DP=5.93$). Em relação ao género feminino, mostrou, em média, valores mais elevados nas dimensões ansiedade/depressão ($M=6.75$; $DP=4.56$), isolamento ($M=3.76$; $DP=2.40$), queixas somáticas ($M=4.3$; $DP=3.67$), problemas sociais ($M=3.39$; $DP=2.50$), problemas de pensamento ($M=4.84$; $DP=4.14$), comportamento agressivo ($M=4.76$; $DP=4.43$) e

internalização (M=14.51; DP=9.22). Verificou-se ainda, que estas diferenças foram estatisticamente significativas nas dimensões, ansiedade/depressão ($t(123)=3.004$; $p \leq .01$), isolamento ($t(126)=2.083$; $p \leq .05$), queixas somáticas ($t(100)=3.551$; $p \leq .001$), comportamento delinvente ($t(125)=2.010$; $p \leq .05$) e internalização ($t(89)=3.166$; $p \leq .01$), (ver Tabela 3).

Tabela 3 – Problemas de comportamento segundo o género

Problemas de comportamento	Rapazes (n=67)		Raparigas (n=75)		t
	M	DP	M	DP	
Ansiedade/Depressão	4.53	3.68	6.75	4.56	3.004**
Isolamento	2.88	2.40	3.76	2.40	2.083*
Queixas Somáticas	2.13	2.45	4.30	3.67	3.551***
Problemas Sociais	3.00	2.63	3.39	2.50	.845
Problemas de pensamento	4.02	3.32	4.84	4.14	1.183
Problemas de atenção	5.66	2.37	5.56	2.40	.242
Comportamento Delinvente	5.57	3.02	4.57	2.53	2.010*
Comportamento Agressivo	4.65	3.46	4.76	4.43	.142
Externalização	10.02	5.93	9.31	6.46	.609
Internalização	9.30	6.31	14.51	9.22	3.166**

Nota: * $p \leq .05$, ** $p \leq .01$ e *** $p \leq .001$.

Para analisar a existência de diferenças estatisticamente significativas nas dimensões do IPPA consoante o tipo de agregado familiar (Pais, pais e outro(s); Mãe ou pai, mãe ou pai e outro(s)), realizou-se um teste T-Student para amostras independentes (ver Tabela 4).

Anteriormente realizou-se uma ANOVA consoante o agregado familiar mas, com mais categorias, (Pais, pais e avó(s) e/ou outro(s); Mãe, mãe e padrasto, mãe e avó(s) e/ou outro(s); Pai, pai e outro(s)). Como apenas se verificaram diferenças entres dois grupos e a terceira categoria (Pai, pai e outro(s)) apresentou apenas dois e três casos, procedeu-se, à redução dessa variável: Pais, pais e outro(s); Mãe ou pai, mãe ou pai e outro(s).

Tabela 4 - Comparação entre grupos de agregado familiar e as dimensões do IPPA

Vinculação	Pais, pais e outro(s) (n=104)		Mãe ou pai, mãe ou pai e outro(s) (n=19)		t
	M	DP	M	DP	
Mãe					
Confiança	43.69	4.77	40.14	6.81	2.281*
Comunicação	36.19	6.33	31.24	7.36	2.888**
Alienação	25.32	3.39	24.05	4.33	1.216
Total	105.37	12.89	96.33	17.87	2.057*
Pai					
Confiança	41.37	6.35	41.62	8.27	.133
Comunicação	32.02	8.40	30.52	9.39	.650
Alienação	23.92	4.92	24.16	4.59	.210
Total	97.29	18.25	96.56	20.67	.141
Amigos					
Confiança	43.01	6.57	41.48	5.65	1.113
Comunicação	32.08	5.96	29.21	6.71	1.943
Alienação	27.46	3.51	25.95	2.98	2.095*
Total	102.70	14.07	96.65	11.40	2.098*

Nota: * $p \leq .05$, ** $p \leq .01$ e *** $p \leq .001$.

Através da Tabela 4 verifica-se, que foram encontradas diferenças estatisticamente significativas entre os grupos de agregado familiar ao nível da confiança na mãe ($t(130)=2.281$, $p \leq .05$), da comunicação com a mãe ($t(129)=2.888$, $p \leq .01$), da vinculação à mãe ($t(121)=2.057$, $p \leq .05$), da alienação aos amigos ($t(131)=2.095$, $p \leq .05$) e da vinculação aos amigos ($t(126)=2.098$, $p \leq .05$).

Na vinculação à mãe, as diferenças foram muito significativas. Os adolescentes, que vivem com ambos os pais e pais e outro(s) obtiveram valores superiores, de confiança ($M=43.69$, $DP=4.77$), aos que vivem com a mãe ou pai e mãe ou pai e outro(s) ($M=40.14$, $DP=6.81$), bem como na comunicação ($M=36.19$, $DP=6.33$ e $M=31.24$, $DP=7.36$) e na vinculação ($M=105.37$, $DP=12.89$ e $M=96.33$, $DP=17.87$). Na alienação também se verificou, que os que vivem com os pais ($M=25.32$, $DP=3.39$) pontuam mais do que os que vivem só com a mãe ou pai ($M=24.05$, $DP=4.33$), embora a diferença não seja estatisticamente significativa.

Na vinculação ao pai, os adolescentes pertencentes ao grupo dos que vivem com ambos os pais, apresentaram valores mais elevados, de comunicação (M=32.02, DP=8.40) e vinculação total (M=97.29, DP=18.25) do que os que vivem com a mãe ou pai. Relativamente às dimensões confiança e alienação a distribuição inverte-se. Ou seja, os adolescentes que vivem com a mãe ou pai (M=41, DP=8.27 e M=24.16, DP=4.59) pontuaram mais do que os que vivem com ambos os pais (M=41.37, DP=6.35 e M=23.92, DP=4.92).

Na vinculação aos amigos, os adolescentes que vivem com ambos os pais obtiveram valores significativamente superiores, de alienação (M=27.46, DP=3.51 e M=25.95, DP=2.98) e vinculação total (M=102.70, DP=14.07 e M=96.65, DP=11.40) aos que vivem com a mãe ou pai. Nas dimensões confiança (M=43, DP=6.57 e M=41.48, DP=5.65) e comunicação (M=32.08, DP=5.96 e M=29.21, DP=6.71) também se verificou, que os que vivem com os pais pontuam mais do que os que vivem só com a mãe ou pai, embora a diferença não seja significativa (ver Tabela 4).

Não se verificaram diferenças estatisticamente significativas entre os grupos de agregado familiar e as dimensões do YSR. No entanto, verificaram-se médias superiores de ansiedade/depressão (M=5.79, DP=4.29), isolamento (M=3.41, DP=2.50), queixas somáticas (M=3.46, DP=3.43), comportamento agressivo (M=4.84, DP=4.01), externalização (M=9.66, DP=6.17) e internalização (M=12.51, DP=8.46) para o grupo de adolescentes que vive com ambos os pais. Relativamente às restantes dimensões a distribuição inverte-se. Ou seja, verificaram-se médias mais elevadas de problemas sociais (M=3.32, DP=3.18), problemas de pensamento (M=5.05, DP=4.92), problemas de atenção (M=5.82, DP=4.92) e comportamento delinquente (M=5.38, DP=2.89) para o grupo que vive com a mãe ou pai (ver Tabela 5).

Tabela 5 – Comparação entre grupos de agregado familiar e as dimensões do YSR

YSR	Pais, pais e outro(s) (n=104)		Mãe ou pai, mãe ou pai e outro(s), (n=19)		t
	M	DP	M	DP	
Ansiedade/Depressão	5.79	4.29	5.19	4.37	.574
Isolamento	3.41	2.50	3.14	2.15	.520
Queixas somáticas	3.46	3.43	2.61	2.77	1.124
Problemas sociais	3.21	2.46	3.32	3.18	.138
Problemas de pensamento	4.33	3.53	5.05	4.92	.620
Problemas de atenção	5.59	2.28	5.82	2.81	.357
Comportamento delinvente	4.97	2.80	5.38	2.89	.596
Comportamento agressivo	4.84	4.01	4.00	3.90	.836
Externalização	9.66	6.17	9.56	6.55	.062
Internalização	12.51	8.46	9.70	7.53	1.353

Nota: * $p \leq .05$, ** $p \leq .01$ e *** $p \leq .001$.

Para analisar as diferenças estatisticamente significativas, nas dimensões do IPPA e do YSR, consoante a posição na fratria, procedeu-se à elaboração de um teste ANOVA.

Através da Tabela 6, verificou-se maior confiança (M=43.96, DP=5.04), maior comunicação (M=36.96, DP=6.30), maior alienação (M=25.22, DP=3.75) e maior vinculação total (M=106.09, DP=14.15) na vinculação à mãe do grupo irmão mais velho relativamente aos grupos irmão do meio e mais novo. Através do teste de Tukey verificaram-se diferenças estatisticamente significativas para a dimensão comunicação com a mãe ($F(2)=3.975$, $p \leq .05$), especificamente, entre os grupos irmão mais velho (M=36.96, DP=6.30) e do meio (M=30.57, DP=8.85).

Tabela 6 – Comparação entre grupos de posição na fratria e as dimensões do IPPA

Vinculação	Mais velho		Do meio		Mais novo		F
	M	DP	M	DP	M	DP	
Mãe							
Confiança	43.96	5.04	40.12	5.79	42.53	5.53	2.089
Comunicação	36.96	6.30	30.57	8.85	34.24	6.35	3.975*
Alienação	25.22	3.75	23.25	2.71	24.83	3.46	1.055
Total	106.09	14.15	94.57	15.61	102.33	13.22	2.387
Pai							
Confiança	42.40	7.02	42.14	4.53	40.37	6.99	1.084
Comunicação	33.22	9.15	30.00	10.25	30.40	7.89	1.412
Alienação	24.07	5.24	22.00	4.21	23.79	4.35	.643
Total	99.33	20.16	95.00	18.56	94.70	17.87	.675
Amigos							
Confiança	42.98	6.61	39.00	8.25	43.25	6.41	1.286
Comunicação	31.25	6.47	28.25	9.38	32.19	5.53	1.429
Alienação	27.38	3.57	26.00	2.16	27.26	3.66	.461
Total	101.19	14.33	97.50	17.18	102.61	14.04	.384

Nota: * $p \leq .05$.

Relativamente à figura paterna confirmou-se uma distribuição semelhante, embora não se verifiquem diferenças estatisticamente significativas. Constatou-se maior confiança ($M=42.40$, $DP=7.02$), maior comunicação ($M=33.22$, $DP=9.15$), maior alienação ($M=24.07$, $DP=5.24$) e maior vinculação total ($M=99.33$, $DP=20.16$) na vinculação ao pai do grupo irmão mais velho relativamente aos grupos irmão do meio e mais novo (ver Tabela 6).

Na vinculação aos amigos, por um lado, verificou-se maior confiança ($M=43.25$, $DP=6.41$), comunicação ($M=32.19$, $DP=5.53$) e vinculação total ($M=102.61$, $DP=14.04$) no grupo irmão mais novo relativamente aos grupos irmão mais velho e do meio. Por outro, verificou-se maior alienação ($M=27.38$, $DP=3.57$) no grupo irmão mais velho relativamente aos grupos irmão do meio e mais novo.

Não se verificaram diferenças estatisticamente significativas entre os grupos de posição na fratria e as dimensões do YSR. No entanto, verificou-se uma média superior de ansiedade/depressão para o grupo irmão mais novo ($M=6.04$, $DP=3.74$). Para o isolamento, também o grupo irmão mais novo ($M=3.34$, $DP=1.99$) apresentou uma média mais elevada

relativamente aos grupos irmão mais velho (M=3.26, DP=2.85) e do meio (M=3.25, DP=1.49). O mesmo sucedeu para a dimensão queixas somáticas (M=4.05, DP=3.42). O grupo irmão do meio (M=4.00, DP=4.83) revelou uma média superior de problemas sociais relativamente aos grupos irmão mais velho (M=3.34, DP=2.79) e mais novo (M=2.92, DP=1.98). Em relação aos problemas de pensamento, o grupo irmão mais novo (M=4.72, DP=3.79) apresentou uma média mais elevada em relação os grupos irmão mais velho (M=3.81, DP=3.70) e do meio (M=3.57, DP=4.32). O grupo irmão do meio (M=5.86, DP=2.54) revelou uma média superior de problemas de atenção relativamente aos grupos irmão mais velho (M=5.33, DP=2.45) e irmão mais novo (M=5.48, DP=2.27). O mesmo ocorreu para as dimensões comportamento delinvente (M=5.38, DP=3.62), comportamento agressivo (M=6.00, DP=6.98) e externalização (M=12.00, DP=11.70). Por fim, na dimensão internalização o grupo irmão mais novo (M=13.57, DP=7.54) apresentou uma média mais elevada do que os grupos irmão mais velho (M=10.52, DP=9.91) e do meio (M=6.67, DP=1.53), (ver Tabela 7).

Tabela 7 – Comparação entre grupos de posição na fratria e as dimensões do YSR

YSR	Mais velho		Do meio		Mais novo		F
	M	DP	M	DP	M	DP	
Ansiedade/Depressão	5.37	5.34	5.43	4.54	6.04	3.74	.253
Isolamento	3.26	2.85	3.25	1.49	3.34	1.99	.016
Queixas somáticas	2.50	3.20	3.25	4.03	4.05	3.42	1.929
Problemas sociais	3.34	2.79	4.00	4.83	2.92	1.98	.667
Problemas de pensamento	3.81	3.70	3.57	4.32	4.72	3.79	.692
Problemas de atenção	5.33	2.45	5.86	2.54	5.48	2.27	.159
Comportamento delinvente	5.05	2.97	5.38	3.62	5.29	2.94	.090
Comportamento agressivo	5.00	4.93	6.00	6.98	4.32	3.06	.456
Externalização	10.10	7.40	12.75	11.70	9.11	5.06	.638
Internalização	10.52	9.91	6.67	1.53	13.57	7.54	1.650

Para verificar se existiam correlações estatisticamente significativas entre as dimensões do IPPA e do YSR foi realizada a correlação de Pearson (ver Tabela 8).

Tabela 8 – Correlação entre IPPA e YSR – Ansiedade/Depressão, Isolamento, Queixas Somáticas, Problemas Sociais, Problemas de Pensamento

IPPA	YSR				
	Ansiedade/ Depressão	Isolamento	Queixas Somáticas	Problemas Sociais	Problemas Pensamento
Vinculação à mãe					
Confiança	-.244**	-.273**	-.240*	-.256**	-.274
Comunicação	-.176	-.184*	-.251*	-.170	-.256**
Alienação	-.358**	-.350**	-.365**	-.422**	-.412**
Total	-.272**	-.285**	-.306**	-.289**	-.336**
Vinculação ao pai					
Confiança	-.337**	-.354**	-.370**	-.327**	-.264**
Comunicação	-.270**	-.265**	-.335**	-.331**	-.210*
Alienação	-.390**	-.359**	-.367**	-.477**	-.396**
Total	-.345**	-.351**	-.364**	-.399**	-.308**
Vinculação aos amigos					
Confiança	-.122	-.166	-.027	-.207*	.008
Comunicação	.002	-.150	.075	-.167	-.059
Alienação	-.319**	-.318**	-.259*	-.455**	-.397**
Total	-.093	-.199*	-.054	-.254**	-.122

Nota: * $p \leq 05$ e ** $p \leq 01$.

Através da análise da Tabela 8, verifica-se que existem correlações negativas de intensidade moderada. Ou seja, as dimensões de cada medida variam no sentido inverso.

A dimensão ansiedade e depressão do YSR apresentou correlações muito significativas relativamente a todas as figuras de vinculação (mãe, pai e amigos). Para a vinculação à mãe, a dimensão alienação ($r = -.358$; $p \leq 01$) apresentou uma correlação significativa moderadamente forte. As dimensões confiança ($r = -.244$; $p \leq 01$) e total ($r = -.272$, $p \leq 01$) apresentaram correlações igualmente significativas, embora não tão fortes. Para a vinculação ao pai, também a dimensão alienação ($r = -.390$; $p \leq 01$) apresentou uma correlação moderadamente forte. As restantes dimensões, nomeadamente, confiança ($r = -.337$; $p \leq 01$),

comunicação ($r=-.270$; $p\leq 01$) e total ($r=-.345$; $p\leq 01$), apresentaram correlações igualmente significativas, contudo os seus valores foram menos elevados. Para a vinculação aos amigos, apenas a dimensão alienação ($r=-.319$; $p\leq 01$) apresentou uma correlação significativa. Não foram encontradas correlações significativas na dimensão comunicação em relação à mãe e aos amigos e na dimensão confiança em relação aos amigos, para os problemas de ansiedade e depressão.

A dimensão isolamento da medida YSR, apresentou correlações estatisticamente significativas para todas as figuras de vinculação. Para a vinculação à mãe, a dimensão alienação ($r=-.350$; $p\leq 01$) apresentou uma correlação significativa moderadamente forte. As dimensões confiança ($r=-.273$; $p\leq 01$) e total ($r=-.285$, $p\leq 01$) revelaram correlações igualmente significativas, embora não tão fortes. A dimensão comunicação ($r=-.184$; $p\leq 05$) também demonstrou uma correlação significativa, mas moderadamente fraca. Para a vinculação ao pai, também a dimensão alienação ($r=-.359$; $p\leq 01$) apresentou uma correlação moderadamente forte. Nas restantes dimensões, nomeadamente, confiança ($r=-.354$; $p\leq 01$), comunicação ($r=-.265$; $p\leq 01$) e total ($r=-.351$; $p\leq 01$), verificaram-se correlações igualmente significativas, embora com valores não tão fortes. Para a vinculação aos amigos, a dimensão alienação revelou uma correlação significativa moderadamente forte ($r=-.318$; $p\leq 01$). A dimensão total ($r=-.199$; $p\leq 05$) também demonstrou uma correlação significativa, embora moderadamente fraca.

A dimensão queixas somáticas do YSR, revelou, à semelhança das dimensões anteriores, correlações significativas para as figuras de vinculação, mãe, pai e amigos. Para a vinculação à mãe, as dimensões alienação ($r=-.365$; $p\leq 01$) e total ($r=-.306$; $p\leq 01$) apresentaram correlações moderadamente fortes. As dimensões confiança ($r=-.240$; $p\leq 05$) e comunicação ($r=-.251$; $p\leq 05$) revelaram, também, correlações significativas, embora os valores não sejam tão fortes. Para a vinculação ao pai, a dimensão confiança ($r=-.370$; $p\leq 01$) revelou uma correlação moderadamente forte. As restantes dimensões, nomeadamente, comunicação ($r=-.335$; $p\leq 01$), alienação ($r=-.367$; $p\leq 01$) e total ($r=-.364$; $p\leq 01$), apresentaram correlações igualmente significativas, embora com valores ligeiramente inferiores. Para a vinculação aos amigos, apenas a dimensão alienação ($r=-.259$; $p\leq 05$) revelou uma correlação significativa, moderadamente fraca.

Na dimensão problemas sociais do YSR, verificaram-se correlações significativas

para todas as figuras de vinculação. Para a vinculação à mãe, a dimensão alienação ($r=-.422$; $p\leq 01$) apresentou uma correlação moderadamente forte. As dimensões confiança ($r=-.256$; $p\leq 01$) e total ($r=-.289$; $p\leq 01$) revelaram correlações igualmente significativas, mas moderadamente fracas. Para a vinculação ao pai, a dimensão alienação ($r=-.477$; $p\leq 01$) demonstrou uma correlação moderadamente forte. As restantes dimensões, nomeadamente, confiança ($r=-.327$; $p\leq 01$), comunicação ($r=-.331$; $p\leq 01$) e total ($r=-.399$; $p\leq 01$), apresentaram correlações igualmente significativas, embora com valores não tão fortes. Para a vinculação aos amigos, a dimensão alienação ($r=-.455$; $p\leq 01$) revelou uma correlação moderadamente forte. A dimensão total ($r=-.254$; $p\leq 01$) mostrou uma correlação igualmente significativa, embora moderadamente fraca. A dimensão confiança ($r=-.207$; $p\leq 05$) também conferiu uma correlação significativa, mas com valores ainda menos fortes.

A dimensão problemas de pensamento, revelou correlações significativas para todas as figuras de vinculação. Para a vinculação à mãe, verificou-se uma correlação moderadamente forte na dimensão alienação ($r=-.412$; $p\leq 01$). A dimensão total ($r=-.336$; $p\leq 01$) revelou uma correlação igualmente significativa, embora o seu valor seja menos elevado. A dimensão comunicação ($r=-.256$; $p\leq 05$) apresentou uma correlação moderadamente fraca. Para a vinculação ao pai, a dimensão alienação ($r=-.396$; $p\leq 01$) revelou uma correlação moderadamente forte. Nas dimensões confiança ($r=-.264$; $p\leq 01$) e total ($r=-.308$; $p\leq 01$) confirmaram-se correlações igualmente significativas, mas com valor menos elevado. A dimensão comunicação ($r=-.210$; $p\leq 05$) também demonstrou uma correlação significativa, embora moderadamente fraca. Para a vinculação aos amigos, apenas a dimensão alienação ($r=-.397$; $p\leq 01$) apresentou uma correlação muito significativa, a qual se revelou moderadamente forte (ver Tabela 8).

Para a dimensão problemas de atenção da medida YSR (ver Tabela 9), verificaram-se correlações muito significativas para todas as figuras de vinculação. Para a vinculação à mãe, a dimensão alienação ($r=-.420$; $p\leq 01$) conferiu uma correlação moderadamente forte. A dimensão total ($r=-.342$; $p\leq 01$) demonstrou uma correlação idêntica, mas de valor não tão forte. As dimensões confiança ($r=-.262$; $p\leq 01$) e comunicação ($r=-.267$; $p\leq 01$) revelaram correlações igualmente significativas, embora moderadamente fracas. Na vinculação ao pai, a dimensão alienação ($r=-.428$; $p\leq 01$) também registou uma correlação moderadamente forte. A dimensão total ($r=-.334$; $p\leq 01$) demonstrou uma correlação idêntica, mas de valor não tão

forte. As dimensões confiança ($r=-.277$; $p\leq 01$) e comunicação ($r=-.240$; $p\leq 01$) mostraram correlações igualmente significativas, mas moderadamente fracas. Para a vinculação aos amigos, a dimensão alienação ($r=-.418$; $p\leq 01$) conferiu uma correlação moderadamente forte. Também se verificou uma correlação significativa na dimensão total ($r=-.214$; $p\leq 05$), embora moderadamente fraca (ver Tabela 9).

Tabela 9 – Correlação entre IPPA e YSR – Problemas de Atenção, Comportamento Delinquente, Comportamento Agressivo, Externalização, Internalização

IPPA	YSR				
	Problemas de Atenção	Comporta/o Delinquente	Comporta/o Agressivo	Externalização	Internalização
Vinculação à mãe					
Confiança	-.262**	-.183*	-.218*	-.243*	-.273*
Comunicação	-.267**	-.221*	-.252**	-.282**	-.220*
Alienação	-.420**	-.372**	-.482**	-.491**	-.431**
Total	-.342**	-.269**	-.327**	-.354**	-.331**
Vinculação ao pai					
Confiança	-.277**	-.277*	-.368**	-.370**	-.426**
Comunicação	-.240**	-.190*	-.305**	-.293**	-.337**
Alienação	-.428**	-.354**	-.432**	-.443**	-.474**
Total	-.334**	-.309**	-.396**	-.402**	-.426**
Vinculação aos amigos					
Confiança	-.136	-.044	-.176	-.104	-.087
Comunicação	-.077	-.046	-.144	-.124	-.015
Alienação	-.418**	-.273**	-.335**	-.358**	-.280**
Total	-.214*	-.051	-.186	-.156	-.080

Nota: * $p\leq 05$ e ** $p\leq 01$.

Na dimensão comportamento delinquente, também se verificaram correlações significativas para a vinculação à mãe, ao pai e aos amigos, em especial na dimensão alienação. Para a vinculação à mãe, confirmou-se uma correlação moderadamente forte na

dimensão alienação ($r=-.372$; $p\leq 01$). A dimensão total ($r=-.269$; $p\leq 01$) revelou uma correlação igualmente significativa, embora o seu valor não seja tão forte. As dimensões confiança ($r=-.183$; $p\leq 05$) e comunicação ($r=-.221$; $p\leq 05$) também apresentaram correlações significativas, embora moderadamente fracas. Para a vinculação ao pai, verificou-se uma correlação moderadamente forte na dimensão alienação ($r=-.354$; $p\leq 01$). A dimensão total ($r=-.309$, $p\leq 01$) revelou uma correlação igualmente significativa, embora o seu valor não seja tão forte. As dimensões confiança ($r=-.277$; $p\leq 05$) e comunicação ($r=-.190$; $p\leq 05$) também conferiram correlações significativas, mas moderadamente fracas. Para a vinculação aos amigos, apenas a dimensão alienação ($r=-.273$; $p\leq 01$) registou uma correlação muito significativa (ver Tabela 9).

Na dimensão comportamento agressivo, verificaram-se correlações significativas para todas as figuras de vinculação. Para a vinculação à mãe, a dimensão alienação ($r=-.482$; $p\leq 01$) revelou uma correlação moderadamente forte. As dimensões total ($r=-.327$; $p\leq 01$) e comunicação ($r=-.252$; $p\leq 01$) demonstraram correlações igualmente significativas, mas com valores não tão fortes. A dimensão confiança ($r=-.218$; $p\leq 05$) também evidenciaram uma correlação significativa mas com um valor moderadamente fraco. Para a vinculação ao pai, a dimensão alienação ($r=-.432$; $p\leq 01$) revelou uma correlação moderadamente forte. Igualmente significativas, foram as correlações nas dimensões confiança ($r=-.368$; $p\leq 01$), comunicação ($r=-.305$; $p\leq 01$) e total ($r=-.396$; $p\leq 01$), embora com valores não tão fortes. Para a vinculação aos amigos, somente a dimensão alienação ($r=-.335$; $p\leq 01$) revelou uma correlação muito significativa (ver Tabela 9).

Na dimensão externalização verificaram-se correlações significativas em todas as figuras de vinculação. Para a vinculação à mãe, a dimensão alienação ($r=-.491$; $p\leq 01$) apresentou uma correlação moderadamente forte. As dimensões comunicação ($r=-.282$; $p\leq 01$) e total ($r=-.354$; $p\leq 01$) revelaram correlações igualmente significativas, embora com valores não tão fortes. Verificou-se uma correlação moderadamente fraca na dimensão confiança ($r=-.243$; $p\leq 05$). Para a vinculação ao pai, a dimensão alienação ($r=-.443$; $p\leq 01$) apresentou uma correlação moderadamente forte. As dimensões confiança ($r=-.370$; $p\leq 01$) e total ($r=-.402$; $p\leq 01$) revelaram correlações igualmente significativas, embora com valores não tão fortes. A dimensão comunicação ($r=-.370$; $p\leq 01$) demonstrou também uma correlação semelhantemente significativa, mas moderadamente fraca. Para a vinculação aos amigos,

apenas a dimensão alienação ($r=-.358$; $p\leq 01$) apresentou uma correlação muito significativa (ver Tabela 9).

Por último, na dimensão internalização verificaram-se correlações significativas em todas as figuras de vinculação. Para a vinculação à mãe, a dimensão alienação ($r=-.431$; $p\leq 01$) revelou uma correlação moderadamente forte. A dimensão total ($r=-.331$; $p\leq 01$) também demonstrou uma correlação igualmente significativa, embora o seu valor não seja tão forte. Verificaram-se correlações moderadamente fracas nas dimensões confiança ($r=-.273$; $p\leq 05$) e comunicação ($r=-.220$; $p\leq 05$), (ver Tabela 9).

Para verificar se existiam correlações estatisticamente significativas entre as variáveis demográficas, idade e escolaridade, e as dimensões do IPPA e do YSR foi realizada a correlação de Pearson (ver Tabela 10).

Através da análise da Tabela 10, verifica-se que a idade e a escolaridade apresentaram correlações significativas relativamente às figuras de vinculação, mãe e pai. Em relação aos amigos não se encontraram correlações estatisticamente significativas.

Tabela 10 – Correlação entre a idade e escolaridade e o IPPA

Variável	IPPA						
	Vinculação à mãe			Vinculação ao pai			
demográfica	Confiança	Alienação	Total	Confiança	Comunicação	Alienação	Total
Idade	-.161	-.183*	-.177*	-.278**	-.264**	-.286**	-.312*
Escolaridade	-.171*	-.168	-.179*	-.304**	-.273**	-.280**	-.327**

Nota: * $p\leq 05$ e ** $p\leq 01$.

Para vinculação à mãe, por um lado, a dimensões alienação ($r=-.183$; $p\leq 05$) e vinculação total ($r=-.177$; $p\leq 05$), conferiram correlações significativas na variável idade. Por outro, as dimensões confiança ($r=-.171$; $p\leq 05$) e vinculação total ($r=-.179$; $p\leq 05$), revelaram correlações igualmente significativas para a variável escolaridade.

Para a vinculação ao pai, verificaram-se correlações significativas na idade e escolaridade. Na variável idade, confirmou-se uma correlação altamente significativa para a dimensão alienação ($r=-.286$; $p\leq 01$). As dimensões confiança ($r=-.278$; $p\leq 01$) e comunicação ($r=-.264$; $p\leq 01$), revelaram correlações igualmente significativas, contudo verificaram-se valores menos elevados. A dimensão vinculação total ($r=-.312$; $p\leq 05$) também revelou uma

correlação significativa na variável idade, embora não seja tão significativa. Na variável escolaridade, verificou-se uma correlação bastante significativa para a dimensão vinculação total ($r=-.327$; $p\leq 01$). As dimensões confiança ($r=-.304$; $p\leq 01$), comunicação ($r=-.273$; $p\leq 01$) e alienação ($r=-.280$; $p\leq 01$) também apresentaram correlações igualmente significativas, embora com valores não tão elevados (ver Tabela 10).

Através da análise da Tabela 11, verifica-se que a idade e a escolaridade apresentaram correlações significativas positivas relativamente às dimensões comportamento delincente e externalização do YSR.

Tabela 11 – Correlação entre a idade e escolaridade e o YSR

Variáveis demográficas	YSR	
	Comportamento Delincente	Externalização
Idade	.267**	.238*
Escolaridade	.183*	.191*

Nota: * $p\leq 05$ e ** $p\leq 01$.

Para a variável idade verificou-se uma correlação moderadamente elevada, muito significativa na dimensão comportamento delincente ($r=.267$; $p\leq 01$). A dimensão externalização ($r=.238$; $p\leq 05$) também revelou uma correlação moderadamente elevada, para a variável idade, embora menos significativa. Para a variável escolaridade, as dimensões comportamento delincente ($r=.183$; $p\leq 05$) e externalização ($r=.191$; $p\leq 05$) também apresentaram correlações igualmente significativas, embora com valores menos elevados (ver Tabela 11).

6. Discussão

O objetivo deste estudo exploratório é compreender em que medida a qualidade de vinculação à mãe, ao pai e aos amigos e algumas variáveis demográficas, como a idade, o agregado familiar e a posição na fratria, estão relacionadas com os problemas de comportamento nos adolescentes.

Relativamente à qualidade de vinculação, foram encontradas diferenças estatisticamente significativas apenas na vinculação aos amigos. O sexo feminino apresentou maior confiança nos amigos, revelou ser mais comunicativo com os amigos e uma vinculação mais segura relativamente aos amigos do que o sexo masculino. Estes dados vão de encontro aos resultados obtidos por Armsden e Greenberg (1987), o qual afirma que as raparigas têm uma pontuação mais elevada do que os rapazes para a vinculação aos amigos. Na vinculação à mãe e ao pai, também o sexo feminino apresentou mais segurança relativamente às figuras de vinculação principais. No entanto, não se verificaram diferenças estatisticamente significativas.

No que respeita aos problemas de comportamento, verificou-se a existência de diferenças significativas. As raparigas apresentaram níveis mais elevados de ansiedade/depressão, isolamento, queixas somáticas, comportamento delinvente e de internalização relativamente aos rapazes. Estes resultados convergem com o estudo de Garnefski e colaboradores (2005), onde é reportado que as raparigas apresentam percentagens mais elevadas de problemas de internalização e problemas de internalização comorbidade problemas de externalização.

Em relação à comparação entre as características do agregado familiar e as dimensões da vinculação, verificaram-se diferenças estatisticamente significativas em relação à figura materna e aos amigos. O grupo que vive com ambos os pais apresentou níveis mais elevados de confiança na mãe, revelou ser mais comunicativo com a mãe e maior segurança na relação com a mãe e na relação com os amigos, bem como níveis mais elevados de alienação aos amigos relativamente ao grupo que vive apenas com a mãe ou pai. Os dados obtidos vão de encontro aos resultados de estudos anteriores (Fine et al., 1983; Sokol-Katz et al., 1997) nos quais se verifica que a estrutura familiar está significativamente relacionada com a vinculação familiar e que os adolescentes que vivem em “família intacta” têm níveis mais elevados de vinculação.

No que diz respeito à comparação entre grupos de posição na fratria e as dimensões da vinculação, apenas se verificaram diferenças estatisticamente significativas em relação à figura materna. O grupo irmão mais velho revelou ser mais comunicativo com a mãe do que o grupo irmão do meio. Os dados obtidos vão de encontro aos resultados de um estudo português levado a cabo por Geraldês, Soares e Martins (2013), o qual, verifica uma

associação significativa entre a vinculação materna e o irmão mais velho.

Relativamente à correlação entre problemas de comportamento e vinculação, verificaram-se correlações negativas, estatisticamente significativas, entre a ansiedade/depressividade, isolamento, queixas somáticas, problemas sociais, problemas de pensamento, problemas de atenção, comportamento delinquente, comportamento agressivo, externalização e internalização e a confiança, comunicação, alienação e segurança em relação às figuras de vinculação: mãe, pai e amigos. Os resultados encontrados convergem com estudos anteriores (Armsden & Greenberg, 1987; Allen et al., 1998; Laible et al., 2000; Buist et al., 2004; Carvalho, 2007), nos quais são reportadas relações negativas entre a vinculação parental e aos amigos e os problemas de internalização e externalização.

No que concerne à correlação entre idade e escolaridade e a vinculação, verificaram-se correlações negativas, estatisticamente significativas, em relação à figura materna e paterna, para as dimensões confiança, alienação e vinculação total e comunicação com o pai.

Relativamente à correlação entre idade e escolaridade e problemas de comportamento, verificaram-se correlações positivas, estatisticamente significativas, apenas para o comportamento delinquente e externalização. Os dados obtidos vão de encontro aos resultados de estudos anteriores (Fitzpatrick, C. & Deehan, A., 1999; Broberg et al., 2001; Roussos et al., 2001; Sandoval, Lemos & Vallejo, 2006), os quais, mostram que existe uma tendência para os problemas de comportamento aumentarem com a idade.

Os resultados deste estudo são congruentes com os pressupostos base da teoria da vinculação de Bowlby, segundo a qual a vinculação segura ou insegura surge associada ao modo de funcionamento interno e externo dos indivíduos. De acordo com estes dados a qualidade da relação de vinculação aos pais e aos amigos é determinante para a existência/inexistência de alguns problemas de comportamento: quanto menor a qualidade da relação de vinculação, maior a relevância de padrões de comportamento disfuncionais, independentemente do género.

Naturalmente esta investigação teve as suas limitações. A utilização exclusiva de instrumentos de autorresposta, apenas permite aceder às perceções que os adolescentes têm dos pais, dos amigos e de si próprios. Não foram utilizados instrumentos complementares de depressão, ansiedade e agressividade. Neste sentido seria relevante utilizar, em estudo futuros, instrumentos a aplicar aos pais, bem como questionários de avaliação do índice das principais

problemáticas. Em relação ao método, a seleção não-aleatória das duas escolas, não permite a generalização dos resultados e o fato da dimensão da amostra ser pequena, também condicionou a análise da base de dados realizada. A utilização apenas da segunda parte da medida YSR, por motivos de extensão do protocolo, não permite uma compreensão total dos resultados. A primeira parte do YSR avalia as competências, atividades e interesses sociais dos adolescentes. Seria importante replicar este estudo com uma amostra de adolescentes maior, permitindo uma análise mais completa.

7. Conclusão

À luz da teoria de Bowlby e do conceito de vinculação procurou-se compreender os problemas de comportamento evidenciados nos adolescentes de hoje.

O principal contributo desta investigação prende-se com a realidade cultural de Castelo Branco, sendo esta, uma cidade do interior de Portugal, o contexto onde os adolescentes se inserem. Naturalmente, com características peculiares que, conseqüentemente, influenciam o comportamento dos adolescentes e as relações que estes estabelecem no meio familiar e com os amigos.

As medidas revelaram bons níveis de consistência interna com um alfa de Cronbach a variar entre 0.91 e 0.95.

Como resultados desta investigação, confirmam-se as hipóteses de que as variáveis demográficas, nomeadamente, a constituição do agregado familiar e a posição na fratria, podem influenciar a qualidade de vinculação aos pais e aos amigos, bem como a própria qualidade de vinculação está relacionada com o surgimento ou não de problemas de comportamento em adolescentes.

Um dos aspetos mais marcantes desta investigação é o fato de os resultados revelarem que as raparigas apresentaram níveis superiores de comportamento delinvente do que os rapazes. Estes dados parecem relacionar-se com o paradigma da mulher na sociedade atual. São notórias as mudanças comportamentais da mulher ao longo das últimas décadas. Verifica-se que há uma aproximação do comportamento do homem. Ou seja, comportamentos que anteriormente eram mais comuns nos homens, encontram-se agora também nas mulheres

e, alguns, como esta investigação revelou, até com maior relevância.

Posto isto, seria importante investigar, com mais profundidade, em estudos futuros, as alterações do padrão de comportamento dos adolescentes portugueses, bem como as implicações da realidade cultural das cidades e aldeias do interior de Portugal.

Referências

Ainsworth, M. D. S (1979). Infant-mother attachment. *American Psychologist*, 34, 932-937.

Allen, J. P., & Land, D. (1999). Attachment in adolescence. In J. Cassidy & P. Shaver (Eds.), *Handbook of Attachment: Theory, research, and clinical implications* (319-335). New York: The Guilford Press.

Allen, J.P., McElhaney, K. B., Land, D. J., Kuperminc, G. P., Moore, C. W., O'Beirne-Kelly, et al., (2003). A Secure Base in Adolescence: Markers of Attachment Security in the Mother–Adolescent Relationship. *Child Development*, 74(1), 292-307.

Allen, J. P., Moore, C., Kuperminc, G., Bell, K., (1998). Attachment and Adolescent Psychosocial Functioning. *Child Development*, 69(5), 1406-1419.

Armsden, G. C. & Greenberg, M. T. (1987). The Inventory of Parent and Peer Attachment: Individual Differences and Their Relationship to Psychological Well-Being in Adolescence. *Journal of Youth and Adolescence*, 16(5), 427-454.

Bowlby, J. (1980). *Attachment and Loss: Volume III Loss Sadness and Depression*. U.S.A: Basic Books, A Member of the Perseus Books Group.

Bowlby, J. (1988). *A secure base: Parent-Child Attachment and Healthy Human Development*. U.S.A: Basic Books, A Member of the Perseus Books Group (First published in Great Britain by Routledge).

Bretherton, I. (1992). The Origins of Attachment Theory: John Bowlby and Mary Ainsworth. *Developmental Psychology*, 28, 759-775.

Broberg, A. G., Ekeröth, K., Gustafsson, P. A., Hansson, K., Hägglöf, B., Ivarsson, T., et al. (2001). Self-reported competencies and problems among Swedish adolescents: a normative study of the YSR. *European Child and Adolescent Psychiatry*, 10(3), 186-193.

Buist, K. L., Dekovic, M., Meeus, W. & Aken, M. A. G. (2004). The reciprocal relationship between early adolescent attachment and internalizing and externalizing problem behaviour. *Journal of Adolescence*, 27, 251-266. doi:10.1016/j.adolescence.2003.11.012.

Cairns, R. & Cairns, B. (2006). The Making of Developmental Psychology. In W. Damon & R. M. Lerner (Eds.), *Handbook of child psychology, Vol.1 - Theoretical models of*

human development (6ª edição, 89-165). New Jersey: Wiley.

Carvalho, M. A. D. (2007). *Vinculação, Temperamento e Processamento da Informação: Implicações nas Perturbações Emocionais e Comportamentais no início da Adolescência*. Dissertação apresentada ao Instituto de Educação e Psicologia da Universidade do Minho para obtenção do grau de doutor, orientada por Professora Doutora Isabel Soares e Professor Doutor Américo Baptista, Minho. Documento não publicado.

Cassidy, J. (2008). The Nature of the child's ties. In J. Cassidy & P. R. Shaver (Eds), *Handbook of attachment: Theory, research, and clinical applications* (2ª edição, 3-22). New York: Guilford Publications.

Crocetti, E., Klimstra, T. A., Hale III, W. W., Koot, H. M. & Meeus, W. (2013). Impact of Early Adolescent Externalizing Problem Behaviors on Identity Development in Middle to Late Adolescence: A Prospective 7-Year Longitudinal Study. *Journal of Youth Adolescence*, 42, 1745–1758. doi: 10.1007/s10964-013-9924-6.

Cunha, I. & Marques, M. (2009). A construção do Eu adolescente na relação com o(s) Outro(s): O igual, o diferente e o complementar através do Rorschach. *Análise Psicológica*, 3(XXVII), 247-257.

Figueiredo, E., Ferronha, J., Vaz, J., Costa & M., Fleming, M. (1983). Conflito adolescente-progenitores e autonomia: abordagem psicológica. *Análise Psicológica*, 1(IV), 41-54.

Fine, M. A., Moreland, J. R., & Schwebel, A. I. (1983). Long-term effects of divorce on parent-child relationships. *Developmental Psychology*, 19, 703-713.

Fitzpatrick, C. & Deehan, A. (1999). Competencies and problems of Irish children and adolescents. *European Child & Adolescent Psychiatry*, 8(1),17-23.

Fleming, M. (1983). A Separação Adolescente-Progenitores. *Análise Psicológica*, 4 (111), 521-642.

Fonseca, A. C. & Monteiro, C. M. (1999). Um Inventário de problemas do comportamento para crianças e adolescentes: o *Youth Self-Reporte de Achenbach*. *Psychologica*, 21.79-96.

Garnefski, N., Kraaij, V. & Etten, M. (2005). Specificity of relations between adolescents' cognitive emotion regulation strategies and Internalizing and Externalizing psychopathology. *Journal of Adolescence*, 28, 619–631.

doi:10.1016/j.adolescence.2004.12.009.

Geraldes, R., Soares, I., Martins, C. (2013). Vinculação no contexto familiar: relações entre cônjugues, entre pais e filhos adolescentes e entre irmãos. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 26(4), 799-808.

Koepke, S. & Denissen, J. J. A. (2012). Dynamics of identity development and separation–individuation in parent–child relationships during adolescence and emerging adulthood – A conceptual integration. *Developmental Review*, 32, 67–88. doi:10.1016/j.dr.2012.01.001.

Laible, J. D., Carlo, G. & Raffaelli, M. (2000). The Differential Relations of Parent and Peer Attachment to Adolescent Adjustment. *Journal of Youth and Adolescence*, 29(1), 45-59.

Lee, E.J. & Bukowsky, W. M. (2012). Co-development of internalizing and externalizing problem behaviors: Causal direction and common vulnerability. *Journal of Adolescence*, 35, 713–729. doi:10.1016/j.adolescence.2011.10.008.

Machado, T. S. & Oliveira M. (2007). Vinculação aos pais em adolescentes portugueses: o estudo de Coimbra. *Psicologia e Educação*, 4(1), 97-115.

Machado, T. S., Fonseca, A. C. & Queiroz, E. (2008). Vinculação aos pais e problemas de internalização em adolescentes - dados de um estudo longitudinal. *International Journal of Developmental and Educational Psychology*, 1, 321-332.

Magnusson, D. & Stattin, H. (2006). The Person in Context: A Holistic-Interactionistic Approach . In W. Damon & R. M. Lerner (Eds.), *Handbook of child psychology, Vol.1 - Theoretical models of human development* (6ª edição, 400-464). New Jersey: Wiley.

Nelis, S. M. & Rae, G. (2009). Brief report: Peer attachment in adolescents. *Journal of Adolescence*, 32, 443-447.

Oliveira, M. (2006). Identidade, narrativa e desenvolvimento na adolescência: uma revisão crítica . *Psicologia em Estudo*, 11(2), 427-436.

Pace, U. & Zappula, C. (2011). Problem Behaviors in Adolescence: The Opposite Role Played by Insecure Attachment and Commitment Strength. *Journal of Child Fam Stud*, 20, 854 – 862. doi 10.1007/s10826-011-9453-4.

Pereira, A. (2009). *Crescer em Relação: Estilos Parentais Educativos, Apoio Social e*

Ajustamento – Estudo longitudinal com crianças em idade escolar. Lisboa: Fundação Caloust Gulbenkian e Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

Pèrez, G. (2009). Insecure Attachment and the Correlation with Joining Insurgent Groups in Colombia. *International Journal of Psychological Research*, 2(1), 16-23.

Pinto, J. B. (1982). Sobre a concepção de vinculação. *Análise Psicológica*, 1/2(III), 47-66.

Razavi, M., Fatehizade, M., Etemadi, O., Abedi, M., Bahrami, F & Gholamreza, S. (2013). Family Functioning and Internalizing and Externalizing Disorders in Children: Examining the Quality of Attachment as a Mediator and Moderator. *Journal of American Science*, 9(6s), 113-121.

Rice, K. G. (1990). Attachment in Adolescence: A Meta-Analytic Review Narrative. *Journal of Youth and Adolescence*, 19(5), 511-538.

Reitz, E., Dekovic, M. & Meijer, A. M. (2006). Relations between parenting and externalizing and internalizing problem behaviour in early adolescence: Child behaviour as moderator and predictor *Journal of Adolescence*, 29, 419-436. doi:10.1016/j.adolescence.2005.08.003.

Roussos, A.; Francis, K.; Zoubou, V.; Kiprianos, S.; Prokopiou, A.; Richardson, C. The standardization of Achenbach's Youth Self-Report in Greece in a national sample of high school students. *European Child & Adolescent Psychiatry*, 10(1), 47-53.

Salvaterra, M. F. (2007). *Vinculação e Adoção*. Dissertação apresentada à Universidade Nova de Lisboa e ao Instituto Superior de Psicologia Aplicada para obtenção do grau de doutor, orientada por Professora Doutora Manuela Veríssimo, Lisboa. Documento não publicado.

Sandoval, M., Lemos, S. & Vallejo, G. (2006). Self-reported competences and problems in Spanish adolescents: A normative study of the YSR. *Psicothema*, 18(4), 804-809.

Senna, S. & Dessen M. (2012). Contribuições das Teorias do Desenvolvimento Humano para a Concepção Contemporânea da Adolescência. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 28(1), 101-108.

Smetana, J. G., Campione-Barr, N. & Metzger, A. (2006). *Annual Review Psychol*, 57, 255-84.

Sokol-Katz, J., Dunham, R. & Zimmerman, R. (1997). Family Structure Versus

Parental in Controlling Adolescent Deviant Behavior: A Social Control Model. *Adolescence*, 32 (125) 199-215.

Sprinthall, N. A. & Collins, W. A. (2003). *Psicologia do Adolescente – Uma Abordagem Desenvolvimentista* (3ª Ed.). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Tambelli, R., Laghi, F., Odorisio, F. & Notari, V. (2012). Attachment relationships and Internalizing and Externalizing problems among Italian adolescents. *Children and Youth Services Review*, 34, 1465–1471. doi:10.1016/j.chilyouth.2012.04.004.

Uytun, M. C., Oztop, D. B. & Esel, E. (2013). Evaluating the Attachment Behavior in During Puberty and Adulthood. *Düşünen Adam The Journal of Psychiatry and Neurological Sciences*, 26, 177-189. doi: 10.5350/DAJPN2013260208.

Weiner, I. B. (1995). *Perturbações Psicológicas na Adolescência*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.